

JF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | n° 268 | novembro 2013 | 0,50 Euros

ENTREVISTA

Ana Maria Bettencourt

“O privado não tem a experiência adquirida pelo ensino público na construção da equidade e no trabalho com populações difíceis”

Pág. 16



ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2014

Um grave atentado ao país, aos portugueses e à Constituição Pág. 4

sumário



Portugal

A proposta de Orçamento do Estado para 2014, a chamada "reforma do Estado", o novo e ainda mais favorável estatuto dos privados, a prova de acesso a uma profissão a que os professores já pertencem, o desemprego que não para de aumentar e os salários sempre em rota descendente, os rankings que comparam o que não é comparável, o governo para quem a mentira é forma de estar, a crise que leva milhares de famílias a baterem no fundo mas que, num só ano, fez crescer em 11% os multimilionários do nosso país, a troika que já prepara programas de troika para o pós-troika, o Coelho e o Portas, o Crato, a Albuquerque, o Maduro e todos os outros "Cabrais" que são falsos à Nação... A coisa está feia! •



Portugal

Os tempos estão muito difíceis mas os portugueses não baixam os braços. Foi assim em outubro, 19, em novembro, 8, foi assim com os trabalhadores dos transportes, da saúde, da educação, com os trabalhadores da Administração Pública, das empresas públicas e do setor privado que não viram a cara à luta. São difíceis as condições para a luta, é verdade, desde logo as financeiras, seja para participar numa greve, seja para deslocar milhares a uma manifestação em Lisboa... tudo é verdade, mas as lutas continuam a passar por grandes manifestações e por greves muito participadas, assim como por outras formas de ação, o que confirma que Portugal não perdeu a esperança e isso é um importantíssimo sinal de futuro. •



04. EM FOCO

Orçamento do Estado para 2014

06.

O guião da reforma do Estado na Educação

09.

Os rankings e o ataque à escola pública

12. AÇÃO REIVINDICATIVA

Mais de 100 mil empregos destruídos no último ano

13.

Contra a prova de ingresso na profissão

15. DESTAQUE

O País e o Mundo precisam dos Professores!

23. DUAS PALAVRAS

Ensino Privado:
Um banquete de milhões
LÚIS LOBO

24. SETORES

Horários do 1º Ciclo:
Professores exigem
reposição da legalidade

25.

Conferência Nacional do 1º
Ciclo do Ensino Básico:
Está aberto o debate!

FRANCISCO ALMEIDA

26.

FENPROF em conferência de imprensa Ensino Superior : é imprescindível ao país e não pode ter mais cortes!

29.

A verdade inconveniente do apoio obscuro ao ensino privado

30.

FENPROF, APD e CNOD
A uma só voz na denúncia e defesa da inclusão plena dos alunos com NEE

31.

Protesto: Ensino Artístico
MANUEL ROCHA



FICHA TÉCNICA: Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho e Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 55.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Despedir professores, afastar muitos da profissão, pressionar com a rescisão a bem, sob ameaça da mobilidade a mal são estratégias para retirar às escolas públicas um dos seus maiores bens: os professores.



O modelo de Crato

A insustentável leveza de Crato quando se refere a medidas que o seu ministério está a impor ao país traduz bem o (des)respeito que merecem, aos governantes, aqueles a quem se dirigem as suas políticas.

O modelo de Crato não é novo, pelo contrário, é construído sobre uma série de insucessos e fracassos recolhidos de diversos cantos do mundo. O modelo de Crato, porém, é um modelo que não se esgota na Educação. É muito mais largo no contexto e profundo no objetivo. Repare-se no roteiro da chamada reforma do Estado e está lá tudo. Não se trata de cumprir metas, mas de alterar o modelo, como refere o subtítulo 2.1, para, logo a seguir, esclarecer que *“reformular o Estado é continuar a privatizar e, portanto, retirar o Estado de participações empresariais que não fazem parte das suas funções nucleares”*. Ora, a agenda neoliberal de que **o modelo de Crato** faz parte não tem a Educação como função nuclear do Estado, antes a considera um bem de mercado, um negócio onde, como em qualquer negócio, a qualidade se vende e compra, haja dinheiro para ter acesso à mais elevada.

O modelo de Crato é o que cabe numa sociedade que, num ano, atirou milhares de famílias para a bancarrota, enquanto produzia um aumento de 11% de multimilionários. É o modelo em que os *rankings* acompanham bem, pois embora de uma forma injusta e perversa é certo, permitem fazer crer que o que é privado é que é bom, quando não é verdade. Seria o privado capaz de responder às necessidades dos meninos dos bairros pobres e socialmente complexos, ou seria capaz de satisfazer as necessidades dos alunos com dificuldades de aprendizagem em contexto de inclusão? Nunca saberemos, porque o São João de Brito, o Santa Cecília ou o Rainha Santa exercerão sempre o seu direito de liberdade de escolha para afastarem quem faria baixar a média que releva para o *ranking* e afastaria os que ali se refugiaram do “povão”.

O roteiro para a dita reforma do Estado é pobre, dizem alguns. Indigente, acrescentam outros. E, portanto, não nos incomodemos com ele que não fará massa. Essa pobreza – ou indigência, talvez – é que o torna mais perigoso. A direita acha que até já são escusadas evidências, dispensados estudos ou fundamentadas as propostas, pois considera-se legitimada para impor o seu programa de destruição do Estado Democrático que tem funções sociais importantíssimas dirigidas a todos. E fá-lo com desprante e pouca-vergonha, como se confirma pelo seu projeto para a Educação.

Despedir professores, afastar muitos da profissão, pressionar com a rescisão a bem, sob ameaça da mobilidade a mal são estratégias para retirar às escolas públicas um dos seus maiores bens: os professores. Roubar no salário de quem trabalha é igualmente forma de transformar os profissionais em sobreviventes, criando-lhes grandes dependências que reforçarão as hierarquias e apelarão à obediência cega. A partir daí, está tudo no roteiro para a destruição do Estado Democrático: concessões de escolas às autarquias; desresponsabilização do poder central por via de contratos de autonomia para onde são empurradas as escolas; escolas independentes, cujos resultados estão à vista, por exemplo, na Suécia; mais contratos de associação, alegadamente, para promover o sucesso escolar; aplicação do novo e privilegiado estatuto dos colégios privados; aplicação do cheque-ensino; escolas públicas vocacionadas para vias profissionalizantes, preferencialmente na vertente dual; ensino politécnico a conferir *“diplomas superiores”* (falta saber a quê) a quem chega daquelas escolas públicas...

O modelo de Crato não engana. Quem engana é Crato com a sua insustentável leveza sempre que é chamado a falar de Educação ou mesmo do país. Tão simples como a sua solução para a crise: um ano a trabalhar sem comer e já está. Não está, mas para lá caminha... ●

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)

Orçamento do Estado para 2014

Um grave atentado ao país, aos portugueses e à Constituição

Não só compromete o futuro do país, como, no que respeita à Educação, visa dismantlar a Escola Pública e provoca agravamento das condições de trabalho e de vida dos seus profissionais

A proposta de Orçamento do Estado para 2014 é (mais) um despuddorado ataque aos trabalhadores portugueses e um novo e violento ataque às funções sociais do Estado, cujo quadro constitucional garante que sejam asseguradas a todos os cidadãos. Essa é a conclusão que se retira depois de apreciada uma proposta que pretende cortar em mais 9,4% as verbas para a Saúde, em 8,8% as destinadas aos Ensinos Básico e Secundário, em 7,6% as previstas para o Ensino Superior e Ciência ou que tem a intenção de impor corte no salário de trabalhadores que ganham a partir de 600 euros mensais.

Nesse contexto, a Educação sofre um novo e fortíssimo corte, que se aproxima dos 600 milhões de euros, tendo em conta o conjunto da Educação e Ciência, o que fará baixar o seu financiamento para muito próximo dos 3% do PIB. Um valor manifestamente insuficiente e dos mais baixos – senão mesmo o mais baixo – da União Europeia.

Apesar das grandes dificuldades por que a Educação passa em Portugal – tendo sido impostas medidas que põem em causa a qualidade do ensino e provocaram uma fortíssima vaga de desemprego no setor –, em 2014 o governo pretende cortar ainda mais, com incidência nos gastos com a Escola Pública. Significativamente, a despesa com o privado é das poucas que aumenta. Do Pré-Escolar ao Ensino Superior, os cortes sucedem-se, mas, em autêntico contraciclo, o ensino privado cresce 2 milhões de euros, constituindo um sinal inequívoco das intenções do governo para o futuro.

Os recursos humanos sofrem uma redução de 13% nos Ensinos Básico e Secundário e de 5,4% no Ensino Superior, portanto muito superior à média dos cortes previstos para os salários. Em relação a esses cortes preveem-se, para 2014, reduções que se situam entre os 6,2% e os 12%. Os docentes contratados (índice 151) que, até hoje não tinham qualquer redução salarial, terão um

corte de 7,5%, praticamente igual ao que, em 2013, se aplicava ao escalão mais elevado na carreira dos Ensinos Básico e Secundário. Já em relação ao topo, o salário será reduzido em 12%, caso se concretize o previsto, redução que se aplicará a todos os docentes que se encontram acima do 4.º escalão da carreira, bem como a quantos integram as carreiras do Ensino Superior.

Professores na mira dos cortes

O corte global de 13% em recursos humanos, porém, não resultará apenas da redução salarial, o que significa que, num ano em que a mobilidade especial não será aplicada aos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, as aposentações deverão baixar e as rescisões ditas por mútuo acordo deverão ser em escasso número, o que se prevê é, sobretudo, um aumento do desemprego de docentes, que deverá atingir valores nunca antes verificados.

Em relação ao Ensino Português no Estrangeiro (ver entrevista na pág. 32), o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua deverá reduzir a despesa em 7,8 milhões de euros, dos quais mais de metade através da redução de pessoal. Deste montante, quatro milhões de euros dizem respeito à redução de efetivos, dos quais um milhão de euros na área da cooperação e três milhões de euros no âmbito da reestruturação da rede de ensino português.

O relatório preliminar refere que é esperado um aumento de receita proveniente da propina aplicada aos cursos e que a mesma se destina, sobretudo, a suportar os encargos com a requalificação do EPE. Ou seja, os pais e mães vão pagar as indemnizações dos professores que vão ser lançados no desemprego e os filhos sem aulas, percebendo-se agora qual era, afinal, o objetivo de criação de uma propina inconstitucional a pagar pelas famílias.

Quando tudo indicava que o montante apurado seria para o desenvolvimento e formação científica e pedagógica dos docentes a trabalhar no EPE, para o aumento da qualidade do ensino prestado aos lusodescendentes, os milhões realizados servirão para ajudar a dismantlar o EPE, o que é



Opção de classe

“Com este orçamento, PSD e CDS clarificam de forma lapidar a sua opção de classe. O OE2014 representa uma gigantesca transferência de rendimentos do trabalho para o grande capital nacional e estrangeiro. As verbas extorquidas às crianças por via da retirada e redução do abono de família, aos idosos pela sistemática redução das pensões, aos assalariados através do aumento do IRS, são entregues em bandeja de ouro ao grande capital sob a forma de juros agiotas, de rendas desmesuradas nas PPP's e Swap's, da redução do IRC que só beneficia as grandes empresas e de um processo de privatizações que transforma empresas públicas, que hoje estão ao serviço das populações e são rentáveis, em negócio ao serviço do lucro para o sector privado”. | CGTP-IP, 15/10/2013 •



- A chamada liberdade de escolha associada, como não podia deixar de ser, à promoção do privado;
- O reforço dos contratos de autonomia, estratégia orientada para a progressiva desresponsabilização do poder central em relação à educação e ao ensino públicos;
- A referência à Educação Especial, em três itens, sem qualquer designação quanto ao contexto de inclusão em que deverá desenvolver-se;
- A “racionalização” da rede de instituições do ensino superior dirigida pelo objetivo dos cortes na despesa.
- A Conclusão do concurso para avaliação e financiamento das unidades de investigação que tem por objetivo diminuir substancialmente o número de investigadores integrados em unidades e o financiamento de base para a investigação.

Estes objetivos, como os demais que o governo destaca, são naturalmente genéricos mas deixam perceber a intenção de manter políticas que, para além de economicistas, decorrem de um quadro ideológico diferente daquele em que assenta a democracia portuguesa. Estão implícitas a elitização da escola, a

segregação, a privatização e a desresponsabilização progressiva em relação ao que se mantiver na esfera pública.

Desemprego, sub emprego, precariedade e empobrecimento

Esta proposta de OE para 2014 é atterradora para a generalidade dos portugueses. Em relação à Educação e Ciência, o empobrecimento dos profissionais da Educação (pela via do desemprego, do subemprego e da redução dos salários), a degradação das condições de trabalho nas escolas e unidades de investigação e da qualidade do ensino e a continuação da ofensiva contra a Escola e a Investigação Públicas são três vetores fundamentais de um orçamento contra o qual toda a luta é necessária.

O governo ignorou todas as chamadas de atenção que lhe foram feitas em relação a um orçamento deste tipo, muitas delas vindas de gente e organizações insuspeitas, tendo em conta a sua proximidade política em relação ao governo. Mas este insiste porque a sua cruzada não é apenas financeira, ela tem um objetivo bem mais profundo e que passa por destruir construções democráticas e solidárias que o 25 de abril de 1974 e a democracia tornaram possíveis.

O governo insurge-se contra a Constituição da República e apresenta propostas que, em muitos aspetos, a põem em causa. O governo ajoelha-se face às imposições da troika e ainda vai mais longe porque a sua política é essa mesma.

A FENPROF tudo fará para combater esta proposta de Orçamento do Estado:

- Intervindo no plano institucional, designadamente junto da Assembleia da República;
- Recorrendo aos tribunais em matérias que se justifiquem, designadamente no que respeita aos cortes salariais e nas pensões;
- Contribuindo para que se construam pontes solidárias e de luta contra as políticas que este OE serve e as medidas que preconiza;
- Envolvendo-se na luta de todos os trabalhadores, mobilizando os professores, educadores e investigadores para ações ora convergentes, ora específicas. •

profundamente perverso. Não obstante os chamados sinais positivos que o governo refere para tentar iludir, a realidade conhecem-na os portugueses num dia a dia cada vez mais penoso: o desemprego não para de aumentar, os salários não deixam de ser cortados, os impostos mantêm-se brutais, a incerteza e instabilidade instalaram-se na vida de (quase) todos. Como insuspeitos analistas têm afirmado, a dívida já se tornou impagável, o défice pode ser disfarçado com habilidades técnicas mas não reduz, os projetados valores de crescimento são inatingíveis obrigando a sucessivos orçamentos retificativos para mascarar a crise e que terão de ser aprovados ao longo do ano.

Traços de uma ofensiva

No Relatório do Orçamento do Estado para 2014, o governo reafirma diversos objetivos estratégicos que não são novidade, tais como:

- O “exame” a aplicar aos professores sem vínculo;
- A continuada desvalorização de diversas áreas estruturantes no 1.º Ciclo (com o progressivo “afunilamento” no Português e na Matemática);
- O regresso das escolas técnicas (agora chamadas de escolas de referência no âmbito do ensino profissional);
- A segregação e discriminação de jovens ainda dentro da escolaridade obrigatória (entenda-se, o desvio dos percursos académicos gerais para os ghettos das chamadas vias vocacionais);



Meira Soares *

“Quando me aposentei [como professor catedrático] perdi a gratificação como presidente da CNAES, que eram mil euros brutos. Mas continuei a trabalhar. Em 2011, foi feito um primeiro corte no subsídio de Natal, e continuei a trabalhar gratuitamente. Em 2012, foram-nos cortados os subsídios de férias e de Natal, na totalidade. E continuei a trabalhar gratuitamente. Em 2013, introduziram a contribuição extraordinária de solidariedade e o corte dos 90% de um subsídio (que mais tarde desapareceu porque foi considerado inconstitucional). E eu continuei a trabalhar gratuitamente. Agora, o senhor primeiro-ministro ataca a função pública [com mais cortes salariais] e eu digo: “Não tenho paciência para este Governo, vou-me embora. Chega!” •

* **Antigo Reitor da UL.** Pediu recentemente a demissão da Comissão de Acesso ao Ensino Superior (CNAES), a que presidia. (passagem da entrevista concedida à jornalista Andreia Sanches, “Público”, 17/10/2013)



Educação

A propósito do guião sobre o programa de desmantelamento das funções sociais do Estado

O dito guião da reforma do Estado terá de ser lido à luz das que têm sido as políticas do governo, as medidas que as concretizam, os programas eleitorais de PSD e CDS, o programa do governo, o memorando da troika, os últimos orçamentos do Estado e a proposta de OE para 2014. Tudo isto dá origem a uma mistura explosiva que poderá, a breve trecho, pôr em causa o futuro de Portugal. Já não apenas da Escola Pública ou da Administração Pública, mas do Portugal que resultou de Abril, daquele que se funda na Constituição da República Portuguesa (CRP), do que permitiu construir um Estado com funções sociais importantíssimas para a generalidade da população.

Este “guião”, no que à Educação diz respeito, não poderia ser mais esclarecedor, logo no título, quanto aos seus objetivos – *Educação: propostas de autonomia, liberdade de escolha e escolas independentes*.

Ainda no que se refere a esta área, tal como às demais, as coisas começam a ficar muito claras logo nos capítulos introdutórios, seja no que se refere ao futuro da Escola Pública e ao papel do Estado na área da Educação, como às próprias condições de trabalho, sociais e laborais dos seus profissionais. Senão vejamos alguns exemplos:

1.2 Condicionantes da redução da despesa

“...não há qualquer possibilidade de superar a emergência financeira sem reduzir a despesa pública; e não há qualquer possibilidade de reduzir a despesa pública sem ter impacto nos salários das Administrações Públicas e nas aposentações do Estado” (pg 11);

“...não se vislumbra outra possibilidade de comprimir a despesa neste sector que não seja revendo, com proporcionalidade e em função dos rendimentos, os níveis salariais praticados” (pg 15).

E se estes excertos têm a ver com a situação salarial dos funcionários públicos, logo, diretamente dos docentes das escolas públicas e indiretamente do setor particular e cooperativo, outros aspetos há em que, segundo o atual governo, deveria existir um entendimento entre todos, ficando claro que esse entendimento se deveria orientar para um ataque forte aos trabalhadores e aos serviços públicos que eles servem. Eis alguns exemplos:

1.5 Consensos para uma política de Administração Pública

- Constitucionalização da chamada regra de ouro da disciplina orçamental que obrigará a políticas de austeridade para os trabalhadores a manter-se por um tempo que não tem fim à vista;
- Grande redução do número de funcionários públicos que, alegadamente, passariam a ser mais bem pagos;
- Flexibilização do vínculo do trabalhador em funções públicas com o Estado;
- Condução a um tempo infinito para



que se possa, gradual e progressivamente, recuperar rendimento dos funcionários e aposentados do Estado;

- Criação de um programa permanente de rescisões por mútuo acordo;
- Cada vez maior promoção do trabalho a tempo parcial e da reforma a tempo parcial;
- Nova revisão dos modelos de avaliação dos funcionários públicos;
- Fixação de objetivos de contratação, não tanto numa lógica de carreira mas de postos de trabalho... (pgs 23 a 27)

Mais à frente, é confessado o objetivo "mudar de modelo" e, no conjunto de considerações sobre o conceito de reforma, podemos ler:

2.1 Mudar de modelo é diferente de cumprir metas

- Reformar o Estado é continuar a privatizar e, portanto, retirar o Estado de participações empresariais que não fazem parte das suas funções nucleares (pg 29). Todos

sabemos que para o atual governo estas funções nucleares não incluem a Educação.

- Reformar o Estado, é reforçar a política de concorrência para garantir a função reguladora numa economia de mercado (pg 31).

- Reformar o Estado, é também democratizar a autonomia das escolas e reforçar a autoridade do professor no novo estatuto do aluno. Concluiu-se um regime descentralizado de gestão escolar e a rede escolar teve de ser reordenada, tendo em conta as contingências demográficas e territoriais. Fez-se uma opção pública pela exigência, com a instituição de exames nacionais no final dos ciclos escolares, reforço do Português e da Matemática nos currículos e densificação nas metas curriculares. Estabeleceram-se critérios de transparência na gestão dos recursos da ciência e de maior justiça no estatuto do bolsheiro de investigação. (pg 33)

- Reformar o Estado é, na área social, desenvolver uma política de maior contratualização com as IPSS (pg 33)... que se prepare o Pré-Escolar para o ataque.

Ainda no plano geral, podemos ler o seguinte:

3.1 Nem estatização nem Estado mínimo... a contratualização de uma oferta mais diversificada, a concessão de serviços e bens, a "gestão pela sociedade ou pelas comunidades" de novas responsabilidades, são alguns desses instrumentos que, com o devido enquadramento legal, podem e devem ser maximizados. (pg 44)

Ou ainda:

3.4 Agregar municípios, mais descentralização de competências.

Preparar novo processo de transferência de competências da Administração Central para os municípios e as entidades intermunicipais (pg 51).

É, pois, neste contexto de definição de um novo modelo social, que assenta em políticas de matriz claramente neoliberal, que surgem as propostas concretas para a Educação. Estas, no essencial, confirmam o programa eleitoral do CDS-PP que o PSD acompanha sem esforço.

O que se advoga para a Educação é, numa só palavra, privatizar. Isso fica claro, como se afirmou atrás, na própria designação do capítulo sobre a Educação. Este capítulo inicia-se logo com uma afirmação hipócrita e cínica, como é timbre do MEC, decerto a sede em que foi escrito: "A função educativa do Estado é primordial e não está – nem estará – em causa. É, aliás, uma das mais importantes do ponto de vista da visão alargada do Estado Social, pois ajuda como nenhuma outra na construção de uma sociedade com oportunidades, superação de desigualdades sociais e qualificação dos jovens". Tudo isto é verdade, mas as políticas que são desenvolvidas por quem escreveu tal afirmação negam em absoluto o texto. Depois, o que surge, como medidas concretas, afinal, limita-se a ser mais do mesmo mas em doses reforçadas:



NO ALVO

As fantasmagorias de Paulo Portas

A minha costela masoquista levou-me a ouvir o discurso de Paulo Portas supostamente sobre a "reforma do Estado" (30 de outubro).

De entre muitas coisas estranhas e sem sentido que me foi dado ouvir, registei que Paulo Portas imagina que as famosas "escolas com autonomia" conduziram a brilhantes projetos educativos. Não há nenhuma evidência quanto a essa crença. Paulo Portas não sabe de certeza o que é um projeto educativo. (Mas ouvi-lo falar do que não sabe já é habitual). Que um conjunto de professores/educadores se junte para fundar escolas, não é novidade. Desde longa data houve cooperativas de ensino. Um funcionaram bem, outras terminaram em tribunal e em guerras nada dignificantes (a cooperativa detentora da Universidade Moderna, por exemplo). Mas nenhuma delas conseguiu substituir as escolas públicas – só estas possibilitaram a democratização do acesso à escola, em todos os níveis de ensino e, infelizmente em menor grau, o sucesso dos nossos alunos. Quanto ao cheque ensino, defendê-lo, como instrumento de justiça social é apenas uma crença irracional face à experiência de outros países que o aplicaram e já o abandonaram e aos numerosos estudos que evidenciam a sua perversidade. Mas a estes ideólogos do ultra liberalismo tudo serve – mesmo fazer triste figura – para destruir o Estado social...

Haverá sempre quem lhes pague.

António Avelãs ●



- A Municipalização através de “verdadeiras concessões de escolas”. Temos aqui uma clara intenção de continuar a desresponsabilizar o poder central em matéria de Educação e de, através deste processo de municipalização (concessões de escolas), também desenvolver linhas de privatização, por contratualização dos municípios com empresas privadas, como, aliás, já acontece com as AEC.

- Avançar com um maior número de contratos de autonomia como outra forma de transferir responsabilidades, neste caso não para os municípios, mas para as próprias escolas. Como se sabe, não se trata de autonomia no plano pedagógico, pois nessa matéria o MEC não abdica de ditar as regras para constituição de turmas, autorização de projetos ou colocação de docentes e pessoal não docente.

- Criação de escolas designadas por independentes. No ano passado, o CDS promoveu debates internacionais sobre o assunto e até se provou que, afinal, os resultados dos alunos das escolas privadas não eram melhores do que os das escolas públicas. Se o MEC pretendesse que fossem os professores a gerir as escolas públicas, já teria adotado um regime de gestão democrática e não continuaria a afastar os professores da gestão das escolas e a desvalorizar os órgãos em que os professores participam, seja o Conselho Pedagógico, sejam as diversas estruturas intermédias de gestão. O que teríamos, se isto avançasse, seriam alguns “testas de ferro” em representação dos grupos empresariais que atuam no setor (GPS e companhia). Na verdade, o que o governo pretende é livrar-se das escolas e dos seus profissionais. Esta é matéria de duvidosa constitucionalidade, cuja fiscalização deverá ser por nós suscitada junto das instâncias adequadas, caso avance o projeto.

- O novo ciclo de contratos de associação, que só pode ser lido como o alargamento desta contratualização até que se esgotem as capacidades dos colégios. Quanto ao final deste ponto, é apenas mais uma mentira que: “Como é sabido, globalmente, as escolas com contrato de associação respondem bem nos rankings educativos”.

- Depois aparece a intenção de regulamentar e aplicar efetivamente o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Ou seja, mais um parágrafo de preocupações com o privado. Deveremos, no que concerne a este

estatuto (que, entretanto, o PR já promulgou), insistir junto dos grupos parlamentares para que requeiram a fiscalização sucessiva da sua constitucionalidade.

- Depois é a preparação da aplicação do chamado cheque-ensino. Outra mentira destes governantes. Ainda há 2 meses, quando se dizia, a propósito do estatuto do EPC, que se tratava da tentativa de implementar cheque-ensino, negaram e acusaram quem a isso se referia de estar a tentar enganar as pessoas. Aí está agora. A mentira vive na 5 de outubro e no Palácio das Laranjeiras (neste caso, duplamente).

- Há também a indispensável referência ao desenvolvimento do ensino profissionalizante e da sua vertente dual (aí está o modelo alemão) que culminará no novo ensino politécnico com cursos de ciclo curto. Teremos, provavelmente, os 40% de jovens, até 2020, com um diploma superior, não se esclarece é “superior a quê?”. O que António Nóvoa apontava como um erro que não deveria ser cometido parece estar em vias de se cometer: para o público fica a missão social – a tal grande escola profissional de segunda qualidade – e para o privado o acesso ao conhecimento. Reprovável esta opção.

Por fim, oposição tenaz e luta tremenda ao que este “guião” procura promover é o que podemos prometer, mas sem deixarmos que o “guião” retire clarividência na definição das prioridades da intervenção sindical. Sem dúvida que, neste momento, o OE para 2014 não poderá ser desvalorizado face a este “guião”, até porque se trata de um instrumento importante deste programa de desmantelamento da Escola Pública, sendo a que, no imediato, o governo, a maioria PSD / CDS-PP e o Presidente da República estarão mais empenhados em levar por diante.

Urge, da sociedade portuguesa, levar por diante uma forte luta em defesa das funções sociais do Estado. A FENPROF, assumindo as suas responsabilidades, continuará a divulgar profusamente a Carta Aberta que aprovou em defesa da Escola Pública e assume a responsabilidade de ajudar a unir vozes e a construir convergências em torno deste nobre objetivo.

Para uma leitura conjunta e cruzada, aconselha-se a consulta da tomada de posição sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2014 (pág. 4) e a Carta Aberta divulgada pela FENPROF (ver JF n.º 267). ●



Um “donativo” do Governo para esquecer!

As respostas do MEC já permitiam perceber que as condições em que o Governo pretende que os professores rescindam os seus contratos de trabalho são as mais negativas possíveis: cálculo feito a partir de salários reduzidos; não atribuição de subsídio de desemprego; impedimento de acesso ao regime de aposentação antecipada; impedimento de o docente manter a qualidade de subscritor da CGA; discriminação dos docentes, relativamente à regra geral, no que respeita à fórmula de cálculo da indemnização por rescisão!

Na reunião do passado dia 30 de outubro ficou ainda a saber-se que os docentes que se encontrem em licença sem vencimento por mais de 90 dias ou em situação de doença há mais de 30 dias, situações que originam a suspensão do contrato de trabalho em funções públicas, não poderão aderir a este programa.

A FENPROF reafirma a opinião de que só o clima de grande pressão a que os professores estão a ser sujeitos poderá levar alguns a aceitarem o “donativo” do governo para concordarem ser despedidos sem direitos. ●



Mário Nogueira *

Cruzarmos os braços seria catastrófico, pois aqueles que temos pela frente não brincam nem são incompetentes. Sabem o que querem e para onde nos querem levar. Sabem quem é e onde está o amo que servem. A nós cidadãos portugueses, compete assumir a luta cá dentro e saber articulá-la, quando necessário, em planos internacionais. A nós portugueses coloca-se o exigente desafio de derrotar a troika e os seus aliados internos. E, já agora, ter em conta o pensamento de outros que lutaram, como Zapata, assumindo que “se não há justiça para o povo, que não haja paz para o governo”.

* **Secretário Geral da FENPROF** Da comunicação de Mário Nogueira no debate promovido pelos Precários Inflexíveis no passado dia 9 de Novembro subordinado ao tema “Precariedade e desemprego: Fatalidade ou Projeto?”

Os rankings e o ataque à escola pública

A divulgação de rankings de escolas em Portugal – iniciada em 2001, precisamente no mesmo mês em que o País de Gales anunciou que os abandonava – foi desde sempre fortemente contestada pela FENPROF, que considera esta seriação das escolas redutora, injusta e perversa.

Redutora porque não é possível avaliar escolas tendo apenas em conta os resultados dos alunos em exames nacionais, ignorando outras dimensões importantes das aprendizagens e todo o trabalho que é feito nas/pelas escolas, sobretudo nos meios mais difíceis.

Injusta porque não é legítimo comparar escolas cujas realidades educativas são diversas. A ordenação de escolas apenas com base nos resultados dos exames nacionais esconde as diferenças entre os contextos socioeconómicos dos alunos e das suas famílias, a escolaridade dos pais ou o meio em que cada estabelecimento de ensino se insere, para referir apenas alguns aspetos.

Perversa porque não se promove a melhoria das supostamente “piores escolas” expondo publicamente o seu alegado insucesso. Ao contrário, a competição introduzida pelos rankings reforça os mecanismos de seleção dos alunos, acentuando as assimetrias entre as escolas socialmente valorizadas e as que, socialmente estigmatizadas, se veem condenadas a ser cada vez “piores”.

À semelhança do que aconteceu em anos anteriores, os rankings divulgados neste mês de novembro comparam escolas, públicas e privadas, sem atender aos desequilíbrios do país e a fatores que a investigação comprova que influenciam fortemente os resultados dos alunos. Sem quaisquer pruridos, põem a jogar no mesmo campeonato:

- Escolas privadas que selecionam criteriosamente os seus alunos com escolas públicas a que todos (justamente) têm acesso;
- Escolas públicas em que a maioria dos alunos beneficia de ação social escolar com escolas privadas com mensalidades que vão até 656,00 euros;
- Escolas do interior com escolas dos grandes centros urbanos;
- Escolas em que os alunos frequentam exclusivamente cursos orientados para o prosseguimento de estudos com escolas em que a maioria frequenta cursos profissionais;



- Escolas em que as habilitações académicas dos pais chegam a uma média de 15 anos de escolaridade com outras em que não vão além de 8;

- Escolas que levam um número reduzido de alunos a exame com outras que levam largas centenas ou mesmo milhares...

Ao longo dos últimos treze anos, defensores dos rankings têm vindo a reconhecer as suas limitações, mas insistem na necessidade e utilidade da sua divulgação. Compreende-se que o façam. Os rankings não servem para avaliar escolas, mas servem para difundir uma imagem negativa das escolas públicas, que, afastadas do topo da tabela, são apontadas como ineficazes e ineficientes. Apesar de o MEC disponibilizar, desde o ano passado, um conjunto de dados de caracterização das escolas públicas, cuja análise permite conhecer melhor a realidade de cada escola e do meio em que se insere – percentagem de alunos apoiados pela ação social escolar e dos professores dos quadros, habilitações dos pais e o peso dos cursos de ensino profissional –, a verdade é que esses dados de contexto não são ponderados para a ordenação das escolas, construída apenas com base nas médias de exame.

A forma como, na comunicação social, se catalogam as escolas como “boas” e “más”, “melhores” e “piores”, em função do lugar relativo que ocupam no ranking, é de uma enorme leviandade e falta de rigor. Mas, há que reconhecê-lo, é de grande utilidade para a promoção e favorecimento do ensino privado – objetivo perseguido pelos que advogam a liberdade de escolha das famílias e procuram introduzir lógicas de mercado em educação, e claramente assumido pelo Governo na recente alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo e no guião da Reforma do Estado.

“

Os rankings não servem para avaliar escolas, mas servem para difundir uma imagem negativa das escolas públicas, que, afastadas do topo da tabela, são apontadas como ineficazes e ineficientes

Não deixa contudo de ser curioso que o ranking recentemente divulgado venha desmentir um dos argumentos usados no guião da reforma do Estado, o de que “globalmente, as escolas (privadas) com contrato de associação respondem bem nos rankings educativos”. Ora, a análise dos resultados nos exames nacionais do 9º ano mostra que as escolas com contrato de associação não têm globalmente melhores resultados do que as públicas, sendo particularmente pertinente uma comparação por concelho, pondo lado a lado privadas e públicas numa mesma região.

Independentemente da necessidade de aprofundar a discussão em torno de questões complexas associadas à informação hoje disponibilizada, nomeadamente a que se prende com a descida significativa das médias registada este ano e suas justificações, no que respeita a esta pretensa avaliação unidimensional das escolas, importa questionar que rankings teríamos se a população escolar dos estabelecimentos de ensino (públicos ou privados) colocados no fundo da tabela fosse transferida para as escolas privadas que hoje ocupam o topo. E vice-versa. ●



8/11/2013

Greve geral da Administração Pública de 8 de novembro

Educação responde com firmeza às políticas destrutivas do governo para a Administração Pública

Centenas de escolas estão encerradas ou sem aulas, milhares de professores, educadores e investigadores estão em greve, nas maiores localidades do país, para a maioria dos alunos, hoje é um dia sem aulas. Não por estarmos em período de interrupção letiva, mas porque também na Educação, profissionais docentes e não docentes quiseram deixar muito clara a sua firme oposição ao dismantelamento da Escola Pública, à introdução, pelo governo, de novos fatores que poderão provocar fortes quebras da qualidade do ensino e também a políticas

que têm os trabalhadores da Administração Pública como alvo a abater.

Se outros motivos não existissem (e infelizmente são por demais conhecidos), as propostas de Orçamento do Estado para 2014 e de "reforma" do Estado, o novo, privilegiado e inconstitucional estatuto para o ensino privado, o programa de despedimentos disfarçado sob a capa de rescisões amigáveis ou a chamada prova de acesso à profissão em que quase todos os que sujeitarão à mesma, já acederam seriam fortíssimas razões para que os professores se envolvessem também nesta luta.

Para 2014 e, pretende o governo, para os anos seguintes, os cortes salariais poderão tornar-se ainda mais violentos, o desemprego docente cada vez mais elevado, a instabilidade atingirá um cada vez maior número de docentes dos quadros, com a mobilidade especial a espreitar atrás de rescisões que não passam de despedimentos baratos e sem direitos, as escolas públicas a tornarem-se alvo de negócios privados, o cheque-ensino a ser coberto com o dinheiro de todos os contribuintes, as carreiras profissionais a dismantelarem-se, as verbas para o ensino superior e a investigação a serem insuficientes, entre muitas outras medidas que vagueiam pelas páginas do OE e do chamado "guião".

Daí que no setor da Educação a greve tivesse levado ao encerramento de um tão elevado número de escolas e, mesmo num tempo de tantas dificuldades, a uma muito significativa adesão de docentes. A FENPROF está a atualizar os dados em tempo real, podendo estes ser consultados em www.fenprof.pt.

Nos próximos dias 14 e 15 de novembro, a FENPROF vai reunir o seu Secretariado Nacional, analisar a atual situação que se vive no setor e decidir como continuar a lutar para travar as políticas em curso e contribuir para que Portugal e os portugueses, a Escola Pública e os seus professores continuem a ter futuro. ●

Por um futuro que abra Portugal aos portugueses

Contra a destruição da escola pública democrática e em defesa da profissão

Acompanhando o arranque da greve a partir de Coimbra (Escola Secundária Jaime Cortesão), o Secretário Geral da Federação Nacional dos Professores afirmou aos órgãos de comunicação social que a paralisação de 8 de novembro na administração pública teve um grande apoio no setor da Educação.

“O balanço que fazemos em relação aos dados que nos chegaram é que a greve está a ter um impacto fortíssimo na educação, com as escolas sem aulas e encerradas um pouco por todo o país”, afirmou Mário Nogueira.

Ao nível dos estabelecimentos de ensino, trata-se de uma das maiores greves de sempre da Administração Pública, com muitas escolas fechadas e a “meio gás”.

De portas fechadas

O dirigente sindical apontou, como exemplos de uma longa lista de adesões à greve, as escolas de Almada, Vila Franca de Xira e Moita, onde “todas as EB 2,3 estão encerradas”, e Penacova, os conservatórios de música de Coimbra e de Braga e as escolas secundárias dos centros das maiores cidades, dando também exemplos expressivos do sul e da Região Autónoma dos Açores. Para o Secretário Geral da FENPROF, os “ataques”



do Governo à Educação foram “muito evidentes” na semana em que se realizou a paralisação, referindo “o benefício de privados, com a delapidação de dinheiros públicos”, o Orçamento do Estado e o guião da reforma do Estado como sinais “clarinhos de que o

futuro para este Governo, e mantendo-se estas políticas, passa pelo desemprego, por reduzir os salários ainda mais, por privatizar, por pôr em causa o futuro das pessoas e da educação, o ensino de qualidade e da escola pública”. | JPO ●



Frente Comum: resposta enérgica às políticas de saque do governo

leveu à paralisação total destes serviços (Funchal, Braga, todo o distrito de Setúbal, Porto, Loures, Porto). Também os Bombeiros pararam por todo o país, registando-se, por exemplo, em Lisboa uma adesão de 97% do Regimento de Sapadores Bombeiros.

No setor da **saúde** adesões de 100% dos trabalhadores (assistentes operacionais) nos Hospitais de Aveiro, Águeda, São Sebastião em Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Hospitais da Universidade de Coimbra, Covões, Maternidades Bissaya Barreto e Daniel de Matos, IPO de Coimbra, Viseu, Tondela, Serpa, Beja, Outão, S. José, Torres

Novas, Matosinhos, Padre Américo (Porto), Santo António e muitos outros hospitais com adesões superiores a 80% e 90%.

Em setores como a **justiça**, a **segurança social** e os serviços de **finanças** a adesão aproximou-se dos 70%, sublinhando-se a adesão a 80% dos serviços de Segurança Social do Areeiro, a 100% em Oeiras e Castelo de Paiva ou a 70% no Centro Nacional de Pensões, demonstrando que estes trabalhadores, mesmo perdendo um dia de salário nas suas remunerações já tão roubadas, estão dispostos a lutar contra este governo e as suas políticas de saque. | Da nota de imprensa divulgada pela Frente Comum no dia 8 de novembro ●

São de destacar as elevadas adesões nos serviços das autarquias locais, na limpeza urbana bem como nos setores da saúde e educação.

Nas **autarquias locais** sublinha-se a adesão de 100% nas Câmaras do Évora, Porto, Portalegre, Moita, Setúbal, Almada, Alcochete, Montijo, Viana do Castelo, Funchal. Em muitas zonas do país a adesão dos trabalhadores da recolha dos resíduos urbanos foi de 100% e



Mais de 100 mil empregos destruídos no último ano!

Os dados tornados públicos pelo INE revelam que no último ano o número de postos de trabalho destruídos foi superior a 102 mil, que o desemprego continua em níveis elevadíssimos e que largos milhares saem do país à procura de trabalho e melhores condições de vida.

Comentando esta grave situação, a CGTP-IN observa: “O que os dados nos revelam não é uma descida real do desemprego ou da taxa de desemprego e um aumento do emprego, como o Governo quer fazer crer para justificar as políticas desastrosas a que tem submetido o país. A queda da taxa calculada pelo INE tem lugar num contexto de descida da população residente por via da emigração (menos 80,2 mil na população entre os 15 e os 64 anos), da população ativa (menos 135 milhares), do aumento do número de desempregados desencorajados e do subemprego face ao trimestre homólogo e não pode ser analisada desligada desta realidade”.

Na sua ação de propaganda, salienta a Intersindical, “o Governo omite deliberadamente que a taxa de desemprego feminina

aumentou 0,5 pontos percentuais em relação do 3º trimestre de 2012 e dá realce ao aumento trimestral do emprego, explicado em grande medida pelas atividades de hotelaria e restauração, um sector onde prolifera a precariedade e os baixos salários”. Ao mesmo tempo “há uma quebra do emprego na indústria, construção, agricultura e pescas, bem como um crescimento acentuado do desemprego de longa duração, que já representa 64,4% do total”. “O desemprego e o subemprego estão a aumentar”, alerta a Inter, que acrescenta:

“Assim, tendo em conta os dados relativos aos inativos disponíveis mas que não procuram emprego, aos inativos à procura de emprego mas não disponíveis, bem como ao subemprego dos trabalhadores a tempo parcial – categorias que têm vindo a crescer nos últimos trimestres – o número real de desempregados e subempregados é de 1431,9 milhares (mais 42 mil que no trimestre homólogo) e a taxa de desemprego é de 25% (quando no mesmo trimestre de 2012 era 24%).”

Depois de afirmar que a taxa de cobertura dos desempregados por prestações de desemprego é de 46,4%, sendo de apenas 8,2% entre os menores de 25 anos e de 33,4% para o grupo dos 25 aos 34 anos, precisamente aquele onde o emprego mais caiu no último ano. Se tivermos em conta o número real de desempregados e subempregados a cobertura global é de apenas 33,2%., a Inter destaca que outros dados confirmam a deterioração da situação do emprego, como

a queda do número de trabalhadores com contrato não permanente e o aumento dos contratos a termo, certamente por efeito da legislação que permite o prolongamento dos contratos a prazo e que o Governo, o patronato e a UGT querem manter por mais tempo, como mostra a publicação de nova legislação com esse objetivo.

Esta situação é resultado das medidas que o Governo e a troika têm imposto aos portugueses, nomeadamente aos trabalhadores, mas também pensionistas e demais camadas desfavorecidas da população. Medidas que estão a acentuar a destruição do aparelho produtivo do país e a degradação dos serviços públicos. Medidas que o Governo quer continuar a aprofundar com proposta de Orçamento de Estado para 2014 e o chamado “Guião para a Reforma do Estado”, que mais não é do que a liquidação das Funções Sociais do Estado, conquistadas com a Revolução de Abril.

“Neste contexto é necessário que os trabalhadores e as restantes camadas da população façam do dia 26 de novembro um Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta, participando nas greves, paralisações e concentrações que terão lugar em todo o país e na Grande manifestação na Assembleia da República, contra um Orçamento de Estado que afronta o povo e a Constituição da República. É urgente a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas e a concretização de uma política alternativa, de Esquerda e Soberana”, conclui a CGTP-IN. ●



António Nóvoa *

“Eu acho que é quase criminoso o desperdício desta geração jovem que nós estamos a fazer. Num certo sentido, é a única riqueza que nós temos, foi este investimento que fizemos nesta geração. E agora, em vez de lhes darmos condições para elas se ligarem ao País, obrigamos esta geração a ir lá para fora”

* **Antigo Reitor da Universidade de Lisboa**, TSF, 26/10/2013 ●



O protesto dos docentes junto ao MEC/Palácio das Laranjeiras

Contra a prova de ingresso na profissão Dois dias intensos de luta (que vai continuar)

“Esta é uma luta de todos os professores. Primeiro tiraram milhares de professores das escolas, agora querem tirá-los da profissão!”

As palavras são de Mário Nogueira no final da ação realizada no passado dia 5 de novembro, junto ao MEC/Palácio das Laranjeiras, de protesto contra a prova de acesso à profissão docente. “Uma luta que vai continuar», como destacou João Louceiro, após a breve reunião no Ministério.

Em destaque estiveram os testemunhos de vários docentes, com muitos anos de serviço e provas dadas como profissionais empenhados. De manhã a FENPROF esteve na Assembleia da República, onde alertou para a injustiça e a gravidade do problema em reunião com o vice-presidente do Parlamento e com os grupos parlamentares (reportagem fotográfica na página seguinte).

Nos tribunais

Esta jornada começou no dia 4 de novembro, com a entrega, por grupos de dirigentes sindicais, em diversos Tribunais Administrativos e Fiscais do país (Porto, Coimbra, Lisboa, Beja, Funchal e Ponta Delgada) de providências cautelares para que dessa forma seja feita justiça e seja parada uma “prova” que é um

absurdo e uma manobra para atirar mais professores para o desemprego.

Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, e João Louceiro, responsável, na FENPROF pelo Departamento de Professores Contratados e Desempregados estiveram presentes na iniciativa no TAF de Coimbra, a meio da manhã, onde também falaram à comunicação social.

Na Assembleia da República

No passado dia 5 de novembro, a FENPROF esteve de manhã na Assembleia da República para entregar a petição pela revogação da prova de ingresso na profissão (que recolheu 12.600 assinaturas até ao momento da chegada a São Bento), e para reunir com grupos parlamentares. A bancada do PSD foi a única que não recebeu a delegação sindical, com o argumento de que não tinha ninguém “disponível”... (bem ao contrário dos tempos em que era oposição...). Os deputados do PEV (“Verdes”), Bloco de Esquerda e PCP manifestaram a sua total concordância com as preocupações referidas na petição, manifestando sensibilidade para as fortes razões

que levam os peticionários a esperar iniciativas parlamentares que acabem de vez com a perversa prova de acesso à profissão docente e disponibilidade para o desenvolvimento de iniciativas concretas viradas para a solução do problema.

Os deputados do PS que receberam a delegação da FENPROF expressaram a sua discordância com a regulamentação da prova que o governo fez publicar. Sublinharam, ainda, que, não obstante a prova ter sido criada por um governo do seu partido não chegou, entretanto, a ser aplicada, o que, na opinião da FENPROF, não alivia responsabilidades nesta matéria.

No MEC

À tarde, foi o momento do protesto e dos testemunhos. Numa ação junto ao MEC, no Palácio das Laranjeiras (a Sete Rios), onde foi lembrado que é no Ministério da Educação e Ciência que estão muitos dos promotores das incontáveis malfetorias que têm sido feitas aos professores, incluindo mais esta, a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades. Na reunião foi entregue o texto da Petição dirigida à Assembleia da República, expostos os seus motivos e deixados testemunhos concretos que demonstram o absurdo da imposição de uma prova de acesso à profissão. Os representantes do MEC não foram capazes de assumir que, no momento em que decorria a reunião, já estava a ser publicado o despacho que fixa o calendário da prova e os montantes a extorquir aos professores que a ela se candidatam. Comportamentos destes já nem surpreendem, da parte de quem ainda está no governo. A FENPROF já diligenciou no sentido de apurar as condições inusitadas de publicação do despacho, anormalmente célere.

Vários professores reafirmaram a injustiça desta prova e da política de desemprego e precariedade levada aos extremos por Nuno Crato e a sua equipa. No local foi improvisada uma exposição com múltiplos exemplos da experiência profissional de docentes de todo o país a quem o MEC quer aplicar a famigerada prova.

“Os professores não podem ser carrascos dos professores”, sublinhou Mário Nogueira, deixando um desafio para que nenhum profes-

sor aceite tarefas de vigilância ou correção de provas. “Se necessário avançaremos com pré-avisos de greve para esses dias. Esta é uma luta de todos os professores”, realçou o Secretário Geral da FENPROF.

“Primeiro tiraram milhares de professores das escolas, agora querem tirá-los da profissão!”, alertou Mário Nogueira.

Um absurdo!

Como refere o texto da petição, o ministro Nuno Crato e o seu governo, que tão mal têm tratado os professores e a Escola Pública, estão a tentar ativar o absurdo de um exame como alegada confirmação de requisitos mínimos para a docência. A ele querem submeter todos os que não estão na carreira, incluindo os profissionais de quem o ministério da Educação tem abusado com o recurso consecutivo a contratos a termo. A pressa e a má-consciência do Ministério da Educação e Ciência levou a que as curtas negociações sobre esta matéria terminassem em agosto, na ânsia de consumir os factos nas costas dos professores, tendo o Conselho de Ministros aprovado recentemente diplomas com vista à aplicação da prova.

A imposição desta prova, como a FENPROF teve oportunidade de esclarecer nestes dois dias, é uma decisão unilateral do governo que poderá atingir atualmente cerca de 15.000 professores e cerca de 35.000 no futuro, se tivermos em conta que esse é o número que este ano concorreu a um contrato.

No plano legal, para a FENPROF, aplicar um novo requisito para que seja possível ser-se professor em Portugal, ainda por cima, aplicando-o a docentes que “já estão a exercer a profissão nos termos da lei há 10, 15 e às vezes 20 anos” é não só imoral, como também ilegal.

Correspondendo a perda de direitos adquiridos para milhares de professores, já que a anterior definia que aqueles que em Junho de 2010 já tivessem exercido a profissão e tivessem sido avaliados com pelo menos “Bom” estavam dispensados da prova, esta prova e esta medida, com o governo a não isentar ninguém de a realizar, é mais um instrumento para o ataque que o governo e Crato têm movido contra os professores e educadores, despedindo-os, cortando nos seus salários e subsídios, agravando-lhes o horário, suprimindo postos de trabalho e agora, impondo-lhes uma prova para certamente lançar mais uns milhares no desemprego.

Quanto ao facto de esta prova ser um requisito para o exercício da profissão – a Lei de Bases do Sistema Educativo define os requisitos e, os mesmos, são habilitacionais; abrir mão disso poderia, no extremo, levar a que fosse requisito, no futuro, ter carta e automóvel próprio.

Quanto à revogação do regime de dispensas que se encontrava em vigor – o

MEC pretende que os que já se encontravam dispensados sejam agora obrigados a submeterem-se a esta prova, aplicando o novo diploma com retroativos. Legislar sobre matéria do domínio dos direitos, liberdades e garantias é competência da Assembleia da República ou é necessária a sua autorização para que o governo possa legislar sobre tal, lembra a FENPROF.

A legislação que entrou em vigor em 2010 dispensou da realização da prova professores e educadores que, no exercício de funções docentes, já tinham obtido menção não inferior a Bom, de acordo com o processo de avaliação de desempenho que é responsabilidade da tutela. Quer agora o governo que essas dispensas sejam anuladas, obrigando todos os docentes por ele impedidos de entrar na carreira a submeterem-se à realização da prova, em nome de um fingido argumento de “equidade”.

Recorde-se, ainda e a este propósito, que o ministro da Educação, em resposta dada pelo seu gabinete em 2012 a pergunta do grupo parlamentar do PCP, afirmava: “O Ministério da Educação e Ciência irá proceder ao alargamento do universo dos candidatos dispensados da realização da prova”. Mentiu!

Professores em força no Dia de Indignação promovido pela CGTP

Trata-se, na verdade, de um governo que se refugia nas mentiras, que tem como principal objetivo empobrecer a população e dar cabo da vida aos trabalhadores e neste caso aos professores. Um governo que está a mais e que rapidamente deve ir para rua, para que se ponha cobro à destruição do país, abrindo novos horizontes, com novas políticas. “Não queremos mais do mesmo”! Aliás, é nesse tom de responsabilidade cívica e de firmeza na luta que desta ação da FENPROF – vivida nestes dias 4 e 5 de novembro, nos tribunais, na Assembleia da República, na rua e no MEC – saíram fortes apelos à participação dos educadores, docentes e investigadores no Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta convocado pela CGTP-IN para 26 de novembro.

Açores

O SPRA congratula-se com as declarações do Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura garantindo que a prova de acesso à profissão não se irá realizar para os docentes da Região Autónoma dos Açores.

Mesmo assim, e uma vez que a prova se mantém ao nível do continente, o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) e a FENPROF promoveram uma petição já entregue na Assembleia da República com vista à revogação da iníqua prova. | JPO/JL ●



Entrega da providência no TAF de Ponta Delgada



A caminho da Assembleia da República



Reunião com o Vice Presidente da A.R.



Declarações à comunicação social em São Bento



Ação junto ao Palácio das Laranjeiras



O País e o Mundo precisam dos Professores!

“103 anos depois da implantação da República, temos razões acrescidas para lutarmos por uma escola que ajude a transformar, rompendo com a que se organiza, apenas, para reproduzir. O tempo continua a ser o de lutar pela Escola de Abril”, sublinhou no passado 5 de outubro Mário Nogueira. O Secretário Geral da FENPROF falava no auditório da Escola Secundária D. Pedro V, a Sete Rios, em Lisboa, no encerramento da sessão pública comemorativa do Dia Mundial do Professor, subordinada ao tema “Os Professores são indispensáveis”.

A iniciativa da FENPROF, acompanhada por vários convidados, entre os quais a CGTP-IN e a Federação dos Sindicatos da Função Pública, teve um momento inicial com a intervenção de Luís Lobo, do Secretariado Nacional da Federação, e a passagem de um vídeo sobre a recente campanha em defesa da escola pública, que a FENPROF levou a todo o país (14 de maio a 6 de junho), com uma caravana dinamizadora de múltiplas ações de rua, que mostraram o que de melhor se faz na escola pública portuguesa, iniciativa cuja construção teve uma enorme importância

para a consciencialização das populações e até de muitos professores, para a importância da defesa de uma Escola Pública universal, gratuita, democrática e inclusiva.

Num segundo momento, em sessão dirigida por João Cunha Serra, Presidente do Conselho Nacional da FENPROF, registaram-se as intervenções de Michelle Domingos, professora de Artes, no desemprego; Ana Maria Bettencourt, docente e investigadora, que até há poucos dias era a Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); e, a fechar, Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF,

Foi ainda divulgado o vencedor do Prémio Literário de Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues, iniciativa conjunta da FENPROF e SECRE, e que se refere a obras publicadas por docentes em 2012. Trata-se, como destacava a Ata lida por João Cunha Serra, da escritora e professora Ana Cristina Silva, investigadora e docente do ISPA, pelo livro “O Rei do Monte Brasil”, decisão unânime do júri. O prémio foi entregue no passado dia 12 de outubro, na sede da FENPROF, em Lisboa (ver entrevista com a autora, na pág. 36). | JPO ●



Ana Maria Bettencourt

“O privado não tem a experiência adquirida p e no trabalho com populações difíceis”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



“A qualidade de uma escola deve medir-se pelas aprendizagens realizadas pelos alunos (em matéria de competências e conteúdos) e pelos percursos escolares, deve ter em conta o ponto de partida e as dificuldades decorrentes dos meios de origem. Nesse sentido temos escolas públicas de grande qualidade”, garante Ana Bettencourt em entrevista ao JF.

Voz prestigiada do universo da educação, investigadora e autora de vários trabalhos de referência, a antiga presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) fala dos desafios da escola pública nos dias difíceis que vivemos e aponta prioridades.

Além da situação de desemprego e precariedade, sublinha, os professores perderam muitas das condições que se vinham a revelar necessárias à eficácia do seu trabalho, desde logo tempo e condições para dar resposta às necessidades de apoio dos alunos, evitando a acumulação de dificuldades.

JF – Na sessão comemorativa do Dia Mundial do Professor, afirmou que “este é um país de grandes desigualdades”. No campo do ensino e da educação, como é que se manifestam essas desigualdades?

Ana Bettencourt (A.B.) – A população portuguesa, apresenta ainda qualificações muito baixas. No universo dos portugueses com mais de 15 anos de idade, havia em 2011 cerca de 3,4 milhões com habilitações iguais ou inferiores ao 4º ano de escolaridade.

JF – Isso afasta-nos muito da média europeia?...

A.B. – Trata-se de uma situação que nos coloca muito isolados da média dos países da UE. Verificam-se contudo desigualdades assinaláveis, se considerarmos as pessoas com mais idade, para as quais as possibilidades de acesso à escola e ao sucesso educativo eram muito reduzidas e, por outro lado, as pessoas mais jovens, que beneficiaram de melhores oportunidades.

Por exemplo na população entre 25 e 34 anos havia mais de 28% de indivíduos com diploma de ensino superior, enquanto no grupo etário situado entre os 55 e os 64 anos essa percentagem descia para cerca de 10%. Mas a partir dos 45 anos temos em geral uma população pouco qualificada, situação que apela à necessidade de reforço e recuperação das políticas de educação de adultos. E temos taxas de abandono precoce muito superiores à média dos países europeus.

JF – Temos ainda a questão dos percursos escolares...

A.B. – Sim, uma outra desigualdade decorre dos percursos escolares, os quais apresentam grandes diferenças em função do nível socioeconómico e cultural das famílias e também das escolas frequentadas.

Para uns alunos há, fora do tempo escolar, condições de apoio, o que lhes permite superar as dificuldades, enquanto para outros – em geral os mais pobres – as dificuldades vão-se acumulando, situação que está na origem de desmotivação, de retenções e de abandonos.

Apesar de consideráveis progressos temos ainda níveis de retenção inaceitáveis e penso que se torna urgente encontrar estratégias de apoio aos alunos, aos primeiros sinais de dificuldade, e de maior responsabili-



zação da escola pela construção de percursos de inclusão. Em sociedades onde existem grandes desigualdades e pobreza, a educação inclusiva exige um trabalho importante da escola e condições para que se realize.

JF – Há que compreender também o papel das autarquias e a realidade social dos diferentes concelhos e regiões...

A.B. – Sim, eu diria que há um alerta a fazer designadamente aos municípios no que diz respeito às desigualdades também existentes entre escolas, em função do local onde estão inseridas.

Numa mesma cidade ou município podemos ter escolas onde a média de alunos beneficiários de Ação Social Escolar varia entre menos de 10% e mais de 60%, o que configura uma situação muito difícil para um grande número de escolas e para os seus professores.

Mas apesar da correlação, clara, entre a origem dos alunos e os resultados escolares, temos situações de equidade e resultados diferentes em função da variável escola. Mesmo quando as escolas são equiparáveis

elo ensino público na construção da equidade



“

É desafio central o desenvolvimento da formação contínua de professores, designadamente em contexto educativo, como meio essencial para a melhoria dos resultados escolares e da equidade.

em matéria de composição social, a sua organização, a consistência do seu projeto, a formação dos seus professores podem ter uma influência significativa nos percursos dos alunos. Temos aqui outra desigualdade que deve ser estudada porque pode fazer a diferença quanto ao futuro de muitas crianças e jovens portugueses, provenientes de camadas mais desfavorecidas da população.

Apesar das desigualdades referenciadas, a escola portuguesa melhorou significativamente em matéria de equidade, como o atestam, por exemplo, os testes PISA 2011. Neste plano, há igualmente dados internacionais que apresentam Portugal como um dos países que estava a conseguir conduzir uma maior percentagem de estudantes pobres ao ensino superior.

JF – Neste momento há um retrocesso perigoso...

A.B. – Há legítimos receios de que as restrições financeiras, a redução de professores disponíveis na escola para apoiarem os alunos, as reformas curriculares pouco articuladas com os progressos e problemas da escola portuguesa, possam estar a comprometer o processo de melhoria da qualidade e de redução das desigualdades. Os planos existentes para aplicação do cheque ensino e “escolha de escola”, políticas que mostraram noutros países contribuir para agravar as desigualdades parecem-me inadequadas à situação social e educativa do nosso país.

JF – Em breves palavras, pode fazer um balanço ao trabalho desenvolvido pelo CNE durante o seu mandato?

A.B. – Destaco em primeiro lugar que foi muito gratificante assumir a missão para que fui eleita pela Assembleia de República para dirigir uma instituição respeitada como é o Conselho Nacional de Educação, com uma composição rica pela diversidade, designadamente profissional e política dos seus membros.

O CNE é uma casa da democracia, onde a capacidade de estudo, rigor e construção de consensos tem sido notável. Procurei que cumprisse a sua missão essencial: acompanhar com independência a situação educativa do país, os seus problemas, os desafios e as soluções que iam sendo prosseguidas, ao nível das políticas nacionais, regionais e locais.

Aponto três tipos de realizações, a começar pela conceção e realização dos relatórios sobre o Estado da Educação (EE), que liderei, e de que foram publicadas três edições. Foi um trabalho muito difícil em virtude da grande dispersão de dados relativos à situação educativa portuguesa.

Na minha vida política e profissional anterior tinha sido confrontada com essa dificuldade e isso motivou-me para a produção dos EE, que encarei como um meio para tornar o sistema educativo mais transparente e como apoio à conceção e avaliação das políticas.

JF – Houve aí trabalho de equipa, como tem realçado...

A.B. – Sim, tive a sorte de ter uma equipa de assessores extraordinária que estudou e aprendeu muito (e eu com ela), o que foi decisivo para a qualidade do projeto. Não esquecerei também o apoio da maior qualidade prestado pelos conselheiros do CNE.

Outra realização prende-se com o contacto sistemático com os terrenos educativos quer através de visitas, designadamente a autarquias e escolas, quer através de audições e seminários que levaram ao CNE problemas, mas também muitas soluções encontradas. Não concebo o exercício de funções de responsabilidade em matéria de educação sem uma escuta atenta às realidades.

Saliento ainda a utilização do direito de iniciativa que constitui, a meu ver, um dos garantes de autonomia, ao abrigo do qual foram emitidas recomendações relevantes, para além dos Estado da Educação. Destacaria a recomendação sobre as funções do Estado na área da educação, entre outras, designadamente nas áreas do currículo, do ensino superior, das autarquias e educação, da autonomia, da avaliação das escolas, da educação de adultos e da escolaridade obrigatória.

JF – No passado dia 5 de outubro, na sessão realizada na Secundária D. Pedro V, afirmou que os professores são “pilares da nossa sociedade”. Como é que o MEC de Nuno Crato tem tratado os professores?

A.B. – Começo por lhe dizer que a democratização da educação, essencial ao desenvolvimento da sociedade é um processo de grande complexidade e exigência para os professores.



“

Há legítimos receios de que as restrições financeiras, a redução de professores disponíveis na escola para apoiarem os alunos, as reformas curriculares pouco articuladas com os progressos e problemas da escola portuguesa, possam estar a comprometer o processo de melhoria da qualidade e de redução das desigualdades. Os planos existentes para aplicação do cheque ensino e “escolha de escola”, políticas que mostraram noutros países contribuir para agravar as desigualdades parecem-me inadequadas à situação social e educativa do nosso país.

O contacto e o estudo que tenho realizado em escolas situadas em meios difíceis e/ou com públicos muito heterogêneos permitiu-me conhecer melhor a profissão docente e as grandes transformações que esta tem sofrido. Há hoje para os professores uma realidade muito diferente que exige práticas de diferenciação pedagógica e o exercício de novas funções, entre as quais a tutoria, os apoios, um relacionamento mais profundo com as famílias e com o meio.

É nessas transformações e nas respostas diferenciadas que os professores foram construindo para os novos problemas, que poderá residir um dos segredos para uma escola inclusiva. Contribuir para a integração e desenvolvimento dos talentos de todos os alunos, é trabalhar para a paz social, para o desenvolvimento e para a democracia.

JF – Mas reconhece que a situação dos professores neste momento é complicada?

A.B. – Sim, os professores portugueses têm hoje uma vida muito difícil, porque para além das dramáticas situações de desemprego e instabilidade, perderam muitas das condições que se vinham a revelar necessárias à eficácia do seu trabalho, desde logo tempo e condições para dar resposta às necessidades de apoio dos alunos, evitando a acumulação de dificuldades.

JF – A escola pública é fundamental na construção do futuro. Que desafios tem pela frente?

A.B. – Apontaria como primeiro desafio prioritário a redução do insucesso escolar através designadamente de condições para os alunos aprenderem mais durante o tempo que estão na escola e serem apoiados quando encontram dificuldades. Considero

lamentável a adoção do sistema dual alemão com orientação precoce de alunos do ensino básico, como forma de eliminar as retenções. Com o afastamento destes alunos do ensino regular, serão conseguidos melhores resultados nos testes internacionais, mas teremos um sistema mais seletivo, menos equitativo e uma sociedade mais pobre de um ponto de vista cultural.

É de algum modo um regresso ao passado e a um sistema que hoje está longe de corresponder a exigências do desenvolvimento. Defendo um sistema de educação básica inclusiva, seguido de ensino secundário esse sim com opções vocacionais.

JF – E a escolaridade de 12 anos?

A.B. – O cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos é, na verdade, outro desafio fundamental. Para isso é necessário melhorar os percursos escolares. Há também que garantir na escola lugar aos jovens que completaram 18 anos sem terem concluído a escolaridade obrigatória.

Mas gostaria ainda de apontar a recuperação de estratégias de educação de segunda oportunidade, essenciais como base de desenvolvimento e da melhoria dos níveis de empregabilidade.

É incompreensível que se prefira atribuir subsídio de desemprego aos professores em vez de se investir essas verbas no desenvolvimento educativo dos adultos.

JF – E a situação do ensino superior?

A.B. – É também preciso travar a quebra de frequência que já se está a verificar no ensino superior, denotando dificuldades das famílias e descrença na educação superior, e que nos afastará do cumprimento de uma das metas 2020 da União Europeia.

Finalmente, é desafio central o desenvolvi-

mento da formação contínua de professores, designadamente em contexto educativo, como meio essencial para a melhoria dos resultados escolares e da equidade.

JF – Em determinados contextos, a escola pública atinge resultados iguais e até superiores a muitos colégios privados de referência. Isto quer dizer que, devidamente apoiada, a escola pública é também uma escola de alta qualidade. Quer comentar?

A.B. – Se selecionarmos entre as escolas públicas aquelas que são frequentadas por alunos das classes mais favorecidas e compararmos os seus resultados com os das escolas privadas, vemos que são equiparáveis. A nossa dificuldade é sobretudo de garantir as aprendizagens de todos os alunos e de melhorar os seus níveis de conhecimentos e competências.

Acredito que existem colégios excelentes. Contudo as suas populações não são comparáveis às das escolas públicas situadas em meios difíceis onde, por regra, não há oferta de ensino privado.

O privado não tem a experiência adquirida pelo ensino público na construção da equidade e no trabalho com populações difíceis. Por isso não me parece residir na liberdade de escolha do ensino privado, financiado pelo Estado, a solução dos problemas de qualidade e equidade do nosso sistema educativo.

A qualidade de uma escola deve medir-se pelas aprendizagens realizadas pelos alunos (em matéria de competências e conteúdos) e pelos percursos escolares, deve ter em conta o ponto de partida e as dificuldades decorrentes dos meios de origem. Nesse sentido temos escolas públicas de grande qualidade. ●



1 de novembro: milhares de pessoas em São Bento contra um OE assassino!

26 de novembro: Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta

O Secretário Geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, anunciou na jornada do 1º de novembro, em São Bento, a realização de uma manifestação para o próximo 26 (uma terça-feira), de novo frente à Assembleia da República, dia da votação final global do Orçamento do Estado para 2014. Será um Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta”, com greves, paralisações e concentrações em todo o país.

Recorde-se que esta ação foi decidida pelos participantes na jornada de 19 de outubro (Marchas de Lisboa e Porto), tendo reafirmado o enérgico protesto dos trabalhadores “contra o roubo dos feriados” (caso do 1º de novembro, dia de “Todos os Santos”), “contra o roubo na retribuição e no descanso compensatório”. A CGTP-IN sublinha a necessidade de combater a proposta do

Orçamento de Estado/2014, que destrói o emprego, rouba salários e pensões, corta na saúde, na proteção social e na educação, aumenta a austeridade, a recessão e a dívida, hipoteca o futuro do país e condena a sociedade ao empobrecimento.

O Governo está em rota de colisão com a Constituição da República Portuguesa, alerta a Central, que acrescenta que não é a CRP que tem de se ajustar à ditadura dos mercados ou de se subjugar aos ditames do memorando da troika, mas sim o Governo e o Presidente da República que têm de respeitar e fazer cumprir a Lei Fundamental do país.

Ataque às funções sociais do Estado
“Porque nós somos homens e mulheres de palavra, a CGTP-IN decidiu propor a esta grande manifestação a realização de um

dia nacional de indignação, protesto e luta para o dia 26 de novembro, com greves, paralisações e concentrações em todas as regiões”, referiu Arménio Carlos na tribuna improvisada.

Manifestantes oriundos de diferentes zonas do país, incluindo professores e educadores – viam-se bandeiras da FENPROF e dos seus Sindicatos – rejeitaram este Orçamento de Estado, pelo que ele contém de medidas que são a continuação da ofensiva exploradora e de empobrecimento dos trabalhadores e reformados e pensionistas mas, também, de outras camadas da população, para além de constituir mais um passo no ataque às funções sociais do Estado, aos serviços públicos e ao Poder Local Democrático.

Enquanto os deputados debatiam, no parlamento, o Orçamento de Estado para

2014, a CGTP-IN reclamava, na rua, a rejeição deste OE. A continuação do protesto e da luta contra o roubo dos feriados, as medidas gravosas introduzidas no código do trabalho e a imediata reposição dos direitos roubados aos trabalhadores, que o Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais e o prosseguimento do combate contra a política de direita, por uma política alternativa, exigindo a demissão do Governo e a convocação de eleições antecipadas, foram notas salientes nesta jornada do 1º de novembro, tanto nas palavras de ordem e nas intervenções ouvidas, como nas mensagens dos pano e cartazes empunhados pelos manifestantes.

Rejeitar o OE, exigir a demissão do Governo

Para o dia 26 de novembro a CGTP propõe “a realização de uma grande jornada de luta, que ainda vai ser maior do que esta aqui, para dizer nesse dia que enquanto os deputados da maioria estão a aprovar o Orçamento do Estado, nós estaremos aqui para o rejeitar, para exigir a demissão do Governo e reclamar a realização de eleições antecipadas”, afirmou o sindicalista.

“Aprovando eles este Orçamento do Estado, hoje podemos assumir aqui um compromisso coletivo: mesmo com a aprovação na generalidade, vamos continuar a rejeitá-lo”, sublinhou Arménio Carlos.

O dirigente sindical apelou à intervenção do Presidente da República para que solicite a fiscalização preventiva do Orçamento junto do Tribunal Constitucional.

“É preciso que o PR ouça aquilo que os portugueses dizem e utilize todos os mecanismos ao seu dispor para assegurar a Constituição da República Portuguesa”, declarou Arménio Carlos.

O Secretário Geral da CGTP-IN deixou a garantia de que a CGTP não vai baixar os braços. “Aqui vos garanto! Se o Presidente da República não solicitar a fiscalização preventiva, a CGTP-IN vai solicitar aos partidos da oposição para que avancem com a fiscalização sucessiva”, assegurou o líder da central sindical.

A proposta de Orçamento do Estado para 2014 foi aprovada na generalidade pela maioria PSD/CDS-PP, com votos contra de toda a oposição e do deputado do CDS eleito pela Madeira, Rui Barreto. ●



Porto

Marchas em Lisboa e no Porto mobilizaram dezenas de milhar de pessoas

“Este Governo não tem moral para continuar em funções!”

O Tejo, em Lisboa, e o Douro, no Porto, deram no passado dia 19 de outubro, enquadramento a uma das ações mais intensas, vibrantes e determinadas do movimento sindical unitário. A Marcha sobre rodas na Ponte 25 de Abril mobilizou cerca de 400 autocarros e milhares de veículos, incluindo motos. 300 quilómetros a norte, uma multidão atravessou a Ponte do Infante, levando o protesto para o centro da Invicta. No conjunto, largas dezenas de milhar de portugueses exigiram a demissão do Governo e a abertura de um novo ciclo marcado por políticas democráticas viradas para o futuro. “Este Governo não tem legitimidade, nem política nem moral, para continuar em funções. É um Governo em acelerada erosão da sua base social de apoio como o demonstram os resultados das eleições autárquicas de

29 de setembro e as ações de protesto e proposta organizadas pela CGTP-IN, às quais, aqueles que trabalham e habitam em Portugal, aderem em número cada vez mais significativo e com determinação crescente”, referiu o Secretário Geral da CGTP em Lisboa.

“Ao contrário do que alguns afirmam, não estamos perante nenhuma inevitabilidade, a não ser a da demissão urgente deste Governo, que vê o chão fugir-lhe debaixo dos pés a cada dia que passa”, destacou noutra passagem.

Existe alternativa!

Recordando na jornada do passado dia 19 de outubro algumas das propostas que a Central tem apresentado publicamente, Arménio Carlos referiu a dado passo:

“Há que acabar com o esbulho de mais 8 mil milhões de euros que pagamos em



escandalosos juros. Temos de renegociar a dívida pública, com o apuramento dos montantes e o alargamento do prazo para o seu pagamento, sob pena desta não parar de aumentar e acabarmos num novo “resgate”, em novos roubos aos que menos podem e menos têm, em ainda maior perda de soberania”.

E mais adiante:

“É preciso que o défice seja subordinado ao crescimento económico e que se promova o investimento na atividade produtiva, na produção nacional planeada para responder às necessidades do nosso povo e ao desenvolvimento, para promover emprego com direitos, criar riqueza e assegurar a sua justa distribuição, para reduzir as importações e diminuir a dívida.

“É preciso uma política de rendimentos com vista ao aumento dos salários, incluindo o salário mínimo nacional, bem como das pensões, indissociável da melhoria do poder de compra, do aumento do consumo e da dinamização da economia, por imperativo de justiça social e para pôr as empresas a vender mais, criar mais emprego, gerando mais receitas fiscais e contribuições para a segurança social.

“É preciso uma verdadeira política fiscal que reduza a carga sobre quem trabalha e trabalhou e vá buscar receitas aos deten-

tores de capital, às transações financeiras que não pagam impostos, aos dividendos e lucros que estão isentos, à grande fraude e evasão fiscal, concentrada em meia dúzia de grandes empresas!

“É preciso acabar com o escândalo de bens essenciais, como a eletricidade e o gás butano e de garrafa serem taxados com 23% de IVA, a mesma percentagem que pagam aqueles que compram os Ferraris e os Porsches.

“É preciso pôr fim à lei dos despejos, que está a deixar as famílias sem teto, colocando-as numa situação agonizante!

“É preciso prosseguir a luta por uma política de esquerda e soberana, alicerçada numa educação, saúde e segurança social universais e solidárias, bem como no reforço e defesa dos serviços públicos, enquanto motores de desenvolvimento!” ●



Lisboa



NO ALVO

Da precariedade ao desemprego...

(...) São cerca de 50.000 os professores que nunca vincularam ao Estado ainda que a esmagadora maioria reúna todos os requisitos para, fosse o patrão sério e cumpridor, integrar os quadros das escolas públicas. No privado o problema é semelhante, agravado por quem, para além de ser mau, sente as costas quentes.

Deste conjunto de professores já chegaram a estar praticamente todos a trabalhar com relação precária, cerca de 35.000 contratados pelas escolas e 15.000 nas chamadas AEC. A Educação conhecia então uma elevadíssima taxa de precariedade: na ordem dos 30% nas escolas e 100% nas AEC.

Os primeiros e mais significativos passos para impedir o acesso a quadros e carreira e, dessa forma, alcançar a necessária estabilidade, foram dados pelo governo PS que integrou Lurdes Rodrigues quando esta extinguiu os concursos anuais e os tornou quadriennais.

A partir daí, foi transformar estabilidade em precariedade para, a seguir, ser dado novo passo: transformar a precariedade em desemprego, tendo esse trabalho sujeito a cargo dos atuais governantes, onde se destaca negativamente o ministro da Educação.

Os concursos dos professores, para efeito de contratação, falam por si: apesar de se terem aposentado, nos últimos 6 anos, mais de 25.000 docentes, nos quadros, em sua substituição, entraram, nesse período, 1.002. Foi por quebra de alunos que se deu este saldo negativo? Claro que não. Neste período, as escolas terão perdido entre 13.000 e 15.000 alunos, no máximo, o que, no limite, poderia traduzir-se em menos 1.000 e não 24.000 professores. ●

Da comunicação de Mário Nogueira no debate promovido pelos *Precários Inflexíveis* no passado dia 9 de novembro subordinado ao tema “Precariedade e desemprego: Fatalidade ou Projeto?”



impressões

LÍGIA GALVÃO (Membro do CN da FENPROF)

Professores Aposentados

Contra a destruição do Estado Social, oposição firme à degradação das condições de vida



A 21 de Novembro de 2013 vai realizar-se em Lisboa, no Auditório da Escola Secundária de Camões, a 1ª Conferência Nacional de Professores/as Aposentados/as. Esta Conferência tem por objectivo reestruturar o sector dos Aposentados, dotando-o de um modelo organizativo mais eficiente, que permita uma intervenção mais dinâmica e expressiva no seio da FENPROF, por parte deste grupo de professores.

Num quadro político em que os aposentados são marcados pelo governo como um dos principais alvos a abater, em que são olhados como se fossem descartáveis e em que o governo parte do princípio de que são fáceis de atingir por se encontrarem numa posição mais frágil e indefesa, sem capacidade de resposta, é fundamental mostrar que estão enganados os que assim pensam.

Ao contrário, os professores aposentados têm todo um passado de luta pelos valores democráticos em geral e pela Escola Pública em particular, que os capacita para continuar a defender esses valores, sem se deixar abater pela vaga de ataques contra eles dirigidos.

Cabe-lhes a responsabilidade de combater contra a destruição do Estado Social e de se opor firmemente aos cortes previstos no orçamento de Estado, ao aumento de impostos e de contribuições para a ADSE, à aplicação de medidas discriminatórias como é o caso da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, à descapitalização da Caixa Geral de Aposentações e a tantas outras medidas impostas por um governo que desconhece o conceito de Estado de Direito.

Na verdade, um grupo populacional cada vez mais numeroso como é o dos aposentados, com cada vez mais peso na sociedade, não pode nem vai ficar em silêncio, tem necessariamente que consciencializar-se da sua importância, da sua capacidade de influenciar o rumo dos acontecimentos e fazer ouvir a sua voz.

É com esse intuito que a Conferência se realiza também com o objectivo de aprovar um Caderno Reivindicativo dos professores aposentados, que contemple os principais problemas que afectam o sector, alguns transversais a toda a sociedade, outros específicos dos aposentados, Caderno este que se irá apresentar à Assembleia da República e ao governo.

É pois da maior importância participar nos trabalhos da Conferência, para o que todos os sindicatos da FENPROF estão já a desencadear os processos de eleição de delegados que representarão os professores aposentados. ●

“

Os professores aposentados têm todo um passado de luta pelos valores democráticos em geral e pela Escola Pública em particular, que os capacita para continuar a defender esses valores, sem se deixar abater pela vaga de ataques contra eles dirigidos.



duas palavras

LUÍS LOBO (membro do SN da FENPROF)
luis.lobo@sprc.pt

Ensino Privado

Um banquete de milhões!

A Grande Reportagem da jornalista Ana Leal, com imagem de Gonçalo Prego e montagem de Miguel Freitas emitida no "Jornal das 8" de 4 de Novembro veio trazer, de novo, para o debate público a negligência com que Inspeção Geral de Educação e Ministério da Educação têm tratado este problema. Digo negligência por estarem, com a sua atitude, há cerca de 25 anos, a comprometer todo o nosso futuro colectivo. Porém, há intencionalidade nos actos políticos dos governos PS e PSD/CDS-PP que permitiram e fomentaram este negócio, apropriando-se e sendo autores de muitos dos actos que levaram a este descalabro e que agora, com o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, este governo quer não só perpetuar, mas também, principalmente, reforçar.

Ora, com o Decreto-Lei 152/2013, de 4 de Novembro, data em que, *coincidentemente*, é dada à luz a reportagem da TVI, o governo impôs um novo regime fora do quadro estabelecido, quer pela Constituição da República, quer pela Lei de Bases do Sistema Educativo, cuja concretização foi conhecida, curiosamente, antes da sua publicação, por Paulo Portas na apresentação do chamado "guião da reforma do Estado". O novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo prevê, sem nunca o referir, a possibilidade do cheque-ensino, em nome da chamada liberdade de escolha, estabelece público e privado como integrantes de uma mesma rede pública,

facilita a constituição de um colégio privado por *inoperância* do governo (deferimento tácito de autorização de funcionamento por ausência de comunicação ao fim de 60 dias) e elimina o requisito de zona carenciada de escola pública, redefinindo, desta forma, o subsistema privado como concorrencial do público.

Há, de qualquer modo, um aspecto que a direita não pode menosprezar e com o qual terá ainda de medir forças. A Escola Pública, Democrática e Inclusiva, um dos valores fundamentais de Abril e da nossa Constituição, será defendida e a sua destruição terá uma forte, abrangente e, estou convicto, vitoriosa oposição, no plano da luta, mas também no âmbito da acção jurídica.

Não é, por isso, admissível que pelo menos os autores materiais dos crimes (como os que ficaram à vista de todos com as três reportagens de Ana Leal) continuem de mãos livres, que as besuntem no esterco da apropriação ilícita de dinheiros públicos e as esfreguem na cara dos portugueses. É, pois, imprescindível que os órgãos de soberania e os tribunais intervenham, da Assembleia da República à Procuradoria-Geral da República, já que do governo e Presidente da República se espera, apenas, que saiam e deixem que Portugal seja governado por quem quer bem ao país. Não podemos suportar mais este banquete de milhões que é tratado como se fosse, apenas, um engano de tostões.. ●

Cartoon Henrique Monteiro





Horários do 1º Ciclo

Professores exigem reposição da legalidade

“As pausas são parte integrante do horário de trabalho. A lei é clara!”, sublinhou o Secretário Geral da FENPROF na concentração realizada frente ao MEC, na Av. 5 de outubro, em Lisboa (7/11/2013). Os docentes presentes contestaram o aumento ilegal do horário letivo e exigiram a reposição da legalidade neste ciclo de ensino.

O MEC deixou de financiar uma hora semanal das Atividades de Enriquecimento Curricular (AECs) e, sob a capa de uma reorganização deste ciclo de ensino, levou as escolas a aumentarem a carga letiva semanal dos docentes. “Trata-se de uma situação inaceitável”, considerou o Secretário Geral da FENPROF em declarações às equipas de reportagem presentes na 5 de outubro.

Este agravamento não se reflete no aumento do tempo útil de aprendizagem dos nossos alunos - que têm das maiores cargas letivas no espaço europeu - e tem contribuído para um agravamento das condições de trabalho e para a deterioração do próprio ambiente escolar. “O MEC não quer saber disso para nada e quer é provocar mais desemprego entre os docentes”, sublinhou Mário Nogueira.

As manobras do MEC

Refira-se ainda que a alteração da organização do horário de trabalho destes professores não foi precedida da negociação com os sindicatos como a lei obriga.

Durante muito tempo, e a pretexto de uma deficiente interpretação da legislação de organização do ano letivo 2013/2014,

o MEC tentou atirar para os diretores dos agrupamentos a responsabilidade deste aumento da carga letiva dos professores. Finalmente, assumiu (a 3 de outubro, durante uma reunião com a FENPROF) que a interpretação da maioria das direções dos agrupamentos era a que correspondia à sua intenção: agravar em 2,5 horas semanais o horário letivo dos professores.

O objetivo é simples: reduzir a contratação de docentes nas AEC; obrigar os professores a assumirem atividades que não correspondem ao conteúdo funcional da sua profissão.

A FENPROF, os seus sindicatos e os professores denunciam o verdadeiro embuste que o MEC criou às escolas e aos docentes e exigem a reposição da legalidade na organização dos seus horários de trabalho.

As pausas letivas (intervalos) para os docentes do 1º Ciclo terão de ser integradas no seu horário de trabalho como, aliás, acontece para os restantes setores de ensino e como as leis laborais gerais estabelecem.

O Ministério da Educação nunca deu indicações às escolas para que, no âmbito da sua autonomia, pudessem optar entre incluir ou não 30 minutos de intervalo no horário de trabalho dos professores de 25 horas letivas mais 2 não letivas semanais. Ao

invés, semeou confusão e descaracterizou o princípio geral e constitucional de que as pausas fazem parte e são fundamentais no desenvolvimento do horário de trabalho de qualquer trabalhador. Tal veio, conseqüentemente, em muitos agrupamentos e escolas não agrupadas a redundar em aleatórias e discricionárias decisões que levaram ao agravamento, de uma forma ou de outra, do horário de trabalho. Assim, os professores do 1.º ciclo veem-se, hoje, confrontados com o agravamento do seu horário em duas horas e meia por semana.

“O que o MEC pretende realmente é provocar mais desemprego em cima do enorme desemprego que afeta hoje os professores no nosso país. A missão deles é pôr professores na rua”, alertou Mário Nogueira, que condenou as atitudes de “hipocrisia” e “cinismo” dos governantes: “Estamos a viver os níveis mais baixos da política; fazem o contrário do que dizem em períodos eleitorais, não respeitam compromissos, não respeitam os cidadãos, não respeitam os trabalhadores, não respeitam as instituições!”.

“Temos que os parar. Temos que reforçar as nossas lutas. Eles vão até onde puderem, esmagando tudo e todos nesta caminhada destruidora”, alertou o dirigente sindical. | JPO ●

Conferência Nacional do 1º Ciclo do Ensino Básico. Está aberto o debate!

FRANCISCO ALMEIDA (Membro do SN da FENPROF)

A FENPROF vai realizar, a 28 e 29 de março de 2014, uma Conferência Nacional do 1º Ciclo do Ensino Básico sob o lema “(Re)Pensar a Escola, Dignificar o Professor, Respeitar a Criança”. A decisão da última reunião do Conselho Nacional é tomada no cumprimento das orientações aprovadas no XI Congresso da FENPROF.

A Conferência contará com 200 delegados eleitos, entre os sócios dos Sindicatos da FENPROF, nas diversas regiões (Norte – 44, Centro – 46, Grande Lisboa – 70, Sul – 16, Madeira – 14 e Açores – 10). Serão ainda delegados a esta Conferência os membros do Conselho Nacional da FENPROF.

Trata-se de uma importante iniciativa apostada em três objetivos essenciais:

- Discutir a situação atual do 1º Ciclo do Ensino Básico e a aposta do governo do PSD/CDS na sua completa descaracterização que

necessita de ser combatida no plano da ação e da luta, mas também com propostas e soluções;

- Identificar os problemas profissionais que mais diretamente afetam e preocupam os professores deste ciclo da escolaridade básica;
- Aprovar propostas de ação sindical a apresentar ao Secretariado Nacional da FENPROF.

Apontados que estão os seus objetivos no regulamento aprovado, esta Conferência possui, no entanto, uma característica inovadora quanto à decisão sobre os temas a abordar e à sua própria ordem de trabalhos, já que eles serão definidos pelos professores na auscultação que está a ser feita em todo o país. O Secretariado Nacional colocou à disposição dos professores um questionário de resposta individual e anó-



nima com que todos os colegas podem participar na decisão dos temas a discutir na Conferência.

Ou seja, a Conferência já começou!

Os Sindicatos membros da FENPROF estão a promover a recolha destes questionários e será na base das escolhas dos professores que serão elaborados os documentos e propostas a discutir pelos delegados em março'14. Nas reuniões que estão a decorrer até ao fim de novembro, junto dos delegados sindicais ou nas sedes dos Sindicatos, todos os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico podem ter acesso ao questionário.

Está, portanto, aberto o debate. ●

FENPROF em conferência de imprensa

Ensino Superior é imprescindível ao país e não pode ter mais cortes!

Esta foi a mensagem destacada da conferência de imprensa que a FENPROF realizou no passado dia 6 de novembro, em Lisboa. A FENPROF solicitou uma reunião à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República para apresentar as suas preocupações face à atual proposta de OE para 2014.

A rede de ensino superior é estruturante para as regiões e fator de coesão nacional. Portugal é um dos países mais desiguais no acesso à educação superior: a proporção de alunos (20-34 anos) cujos pais têm níveis educacionais elevados é 29,5% e a proporção de pais com níveis educacionais elevados na população geral é 9,0%, o que significa que os filhos destes pais têm 3,3 mais chances de estarem no sistema de ensino superior

Portugal é um dos países da OCDE onde o Estado investe menos no Ensino Superior por estudante.

A profissão de docente do ensino superior tem vindo a ser desqualificada, tanto no plano material, como profissional: cortes salariais, congelamento das carreiras, fortíssima carga fiscal e degradação das condições de exercício da docência e investigação.

Os corpos docentes estão envelhecidos e com cada vez menos Professores nas categorias de topo. A inexistência ou o reduzido número de Professores Catedráticos e Associados em alguns departamentos universitários é um problema para a acreditação de cursos na A3ES e até para a participação de investigadores em consórcios internacionais.

Os jovens doutorados vivem de bolsa em bolsa ou com contratos precários; muitos dos melhores emigram.

O financiamento do ensino superior público tem vindo a reduzir-se desde 2005 (com uma ligeira inversão em 2010).

A cativação de 2,5% na rubrica das remunerações certas e permanentes dos orçamentos deste ano (10 milhões no caso das universidades), imposta pelo Orçamento rectificativo, está a colocar muitas universidades e institutos politécnicos em situações limite, impondo, para além de tudo, situações de desigualdade: as fundações não são abrangidas pelas cativações de verbas.

O Governo não transferiu para as instituições do ensino superior a totalidade dos fundos para a reposição do subsídio de férias, em boa hora decidida pelo Tribunal Constitucional, o que significa um corte adicional.

Em agosto deste ano, as instituições do Ensino Superior lacram os seus orçamentos para 2014, incluindo neles, por imposição do Governo, um corte de 3,2% no financiamento público (corte direto + aumento da contribuição para a CGA – diminuição da contribuição para a ADSE).

Em outubro, foi anunciado novo corte nos salários de 2014, que afetará todos os trabalhadores das instituições do ensino superior, incluindo os docentes e os investigadores. A ser aprovado o OE para 2014, tal como o Governo o propôs, o corte salarial, face à tabela salarial, será em 2014 de 12% para todos os professores e investigadores em regime de dedicação exclusiva.

Acresce que o corte nos salários é efetuado sobre a massa salarial total, incluindo sobre os salários que são pagos com receitas próprias. Isto significa que o Governo pretende cobrar de forma encapotada um novo imposto às universidades e institutos politécnicos. Isto quer dizer também que parte das propinas que os estudantes pagam não só não se destinará à melhoria da qualidade do ensino (como impõe a lei), como nem sequer ao funcionamento regular do ensino superior, mas irá diretamente para os cofres do Estado, constituindo, na prática, mais um imposto cobrado aos estudantes e às suas famílias

Para além dos cortes e a ser aprovada tal como está, a Lei do Orçamento do Estado determina que apenas podem proceder a novas contratações as instituições que reduzam para 97% os gastos com a massa salarial (já tendo em conta os cortes). Artigo 56º nº1 - Durante o ano de 2014, para os trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores, as instituições de ensino superior públicas não podem proceder a contratações, independentemente do tipo de vínculo jurídico que venha a estabelecer-se, se as mesmas implicarem um aumento superior a 97% do valor total das remunerações dos trabalhadores docentes e não docentes e investigadores e não investigadores da instituição em relação ao valor referente a 31 de dezembro de 2013, ajustado de acordo com a redução remuneratória prevista



Entre 19 e 26 de novembro, a FENPROF vai promover uma ação em defesa deste setor de ensino, "a decorrer em todas as instituições do Superior" e apela a uma presença significativa nas iniciativas que, nas regiões, terão lugar em 26 de novembro, data prevista para a aprovação final global do Orçamento do Estado para 2014, Dia de Indignação e Protesto, promovido pela CGTP-IN.



Rui Salgado, Mário Nogueira e João Cunha Serra



Portugal é um dos países da OCDE onde o Estado investe menos no Ensino Superior por estudante

no artigo 33.º. Esta norma orçamental vai tornar impossível, na maioria das instituições, substituir os colegas que se aposentam. Vai também tornar impossível a contratação de novos docentes convidados o que porá em causa o prosseguimento de cursos muito dependentes destas contratações, como é o caso dos cursos de Medicina.

Para além de reduzir drasticamente a possibilidade de abrir concursos, impedindo a renovação dos quadros e a promoção dos docentes de carreira, a proposta de Lei do Orçamento do Estado viola ainda os estatutos das carreiras docentes universitária e politécnica, ao impedir, mais uma vez, a progressão dos colegas que obtêm o título académico da agregação.

Em simultâneo, a Ciência vê também reduzida a verba orçamentada, o que vai conduzir a um retrocesso na evolução positiva verificada na produção científica dos últimos anos, afastando cada vez mais Portugal dos níveis europeus.

Vai reduzir-se a verba para projetos de investigação e para bolsas de doutoramento e de pós-doc.

Vai ser reduzida a verba para os centros de investigação e os laboratórios associados. As novas regras de avaliação e financiamento das unidades de investigação vão colocar muitos docentes e investigadores sem acesso a financiamento para realizarem (e divulgarem os resultados das) atividades de investigação científica. No Relatório do Orçamento de Estado, o Governo fixa o

Percentagem da população que atingiu a formação superior

	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64
Portugal	15	25	16	10	9
Finlândia	38	39	46	39	30
Espanha	31	39	35	26	18
EU 21	28	35	30	25	20

Fonte: Education at a Glance 2012

objetivo de “Racionalizar a rede de IES e otimizar a utilização de recursos disponíveis (...)”, cujo objetivo central é a redução da despesa em tudo o que é serviço público é muito preocupante. Ainda mais por surgir num período em que o número de estudantes que acedem ao ensino superior está a diminuir.

Situação difícil das famílias

Importa, contudo, clarificar que há mais estudantes a frequentar o ensino secundário, há mais estudantes a concluir o 12.º ano. No entanto, estão a ser menos os estudantes que concorrem ao Ensino Superior. Esta redução não é portanto resultado da evolução demográfica.

É, antes sim, resultado das dificuldades económicas das famílias, da falta de apoio social e, eventualmente, de outras medidas do sistema de acesso.

Ainda não temos os dados finais deste ano, mas sabemos que diminuiu o número de candidatos. Os diplomados aumentam, os candidatos e percentagem diminuem regularmente nos últimos 5 anos.

Mesmo com a extensão da escolaridade obrigatória, a taxa de cobertura atual do ensino secundário é de pouco mais de 70%, pelo que deverá continuar a crescer nos próximos anos.

Assim, não há ainda um problema demográfico que implique uma redução da oferta do Ensino Superior. Este tem ainda

muito para crescer de forma a atingir a meta de 40% de diplomados na faixa etária dos 30-34 anos, a que Portugal se comprometeu para 2020. A formação ao longo da vida ativa, em situação normal aliás como se verifica nos países mais desenvolvidos, leva também mais alunos ao sistema de ensino superior.

Portugal precisa, portanto, de mais Ensino Superior e não de menos.

A FENPROF apela a todos os docentes e investigadores, a toda a comunidade académica para se unirem em defesa do Ensino Superior, o que neste momento significa protestar e lutar com veemência contra os cortes inscritos na proposta do OE para 2014.

Nesse sentido, a FENPROF vai promover uma ação em defesa do setor e contra os cortes, designada a decorrer em todas as instituições do Ensino Superior, entre 19 e 26 de novembro.

A FENPROF solicitou uma reunião à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República para apresentar as suas preocupações face à atual proposta de OE para 2014 e às suas implicações na vida das instituições, dos docentes e investigadores e do próprio país. Nessa reunião procurará sensibilizar os deputados de todos os grupos parlamentares para a necessidade de serem introduzidas alterações de sentido positivo na proposta orçamental em discussão. ●



Asfixia financeira

Na proposta de OE 2014 apresentada à Assembleia da República, o Governo corta mais 8.6% nos orçamentos das Universidades. Este corte inclui o correspondente aos cortes na massa salarial total executados com um excesso injustificado que, de acordo com as contas divulgadas pelo CRUP, é de 30 milhões para as universidades, que corresponde a uma redução média de 4,2% para além do respeitante ao corte real na massa salarial proveniente dos novos cortes nos salários. ●

Ensino Particular e Cooperativo

Não se deixem enganar!

ANTÓNIO CALDEIRA (Membro do CN da FENPROF)

Os ventos correm de feição. O Estado patrão dá o exemplo. Aliás, o MAU exemplo. Ou, quem sabe, o exemplo a pedido, para legitimar as ilegais medidas que os outros patrões (neste caso refiro-me aos empresários do ensino) impõem.

Tempos houve, e não são muito distantes, em que estes senhores nem queriam ouvir falar da equiparação da carreira dos professores do Ensino Particular à dos seus colegas do Ensino Público. Agora, é vê-los a justificarem-se com as medidas que este governo toma em relação aos seus professores: aumento das horas de permanência na escola, aumento da carga lectiva, redução de salários, aumento da duração dos tempos lectivos, formação obrigatória em áreas que nada dizem aos docentes, alterações unilaterais dos Contratos,... e por aí fora.

Muitas vezes, na ilusão de legitimar estas atropelias à lei, chantageiam os seus docentes para assinaturas de acordos que dizem aceitar, em nome da crise, estes sacrifícios. E a pressa com que eles andam! Dá mesmo a ideia que estão a aproveitar enquanto isto vai a descer, com medo que a coisa vire! Alguns docentes, menos avisados, outros a quem acenaram com o espectro do desemprego, outros por falta de coragem simplesmente, vão aceitando, mas aqueles que estão a fazer frente a tais abusos e que para se defender contactam os sindicatos da FENPROF, têm visto muitas daquelas medidas não passarem de tentativas. Para esses, já está a virar!

É que já perceberam que a subserviência de nada serviu àqueles que tudo aceitaram de ânimo leve, já que, quando chegou a hora dos despedimentos foram esses, por serem os menos incómodos, os primeiros a ir para o desemprego.

Nessa hora, a professores com 15 ou 20 anos de serviço, nada foi reconhecido, muito menos agradecido.

Agora, numa tentativa de legalizar aquelas injustiças, esses empresários tentam renegociar o Contrato Colectivo de Trabalho em vigor. A sua proposta é ofensiva! Para eles, os professores são "coisas", talvez máquinas, a quem não é reconhecido o direito à dignidade, a quem não é reconhecido o direito à família.

De facto, chega-se a "inventar" reuniões, ao fim de um cansativo dia de trabalho que outro objectivo parece não terem do que manter o professor "preso" ao estabelecimento, em detrimento do seu descanso junto da família.

Que importa!? Trabalham para nós, é a nós que hão-de dar lucro! Andam cansados, doentes, com depressões, o que se reflecte na qualidade do seu trabalho? Que importa!? O objectivo não é a qualidade do ensino! É o lucro.

Naturalmente, exceptuam-se algumas boas práticas. Ainda há quem tenha orgulho na qualidade do seu colégio, e por isso tente preservar um bom ambiente de trabalho. Infelizmente, na nossa região centro, são escassos!

Quanto ao novo CCT que estamos a negociar, podem os professores ficar descansados que nunca assinaremos coisas piores do que as que já temos. E lembrem-se: neste ano lectivo que há pouco começou, o CCT em vigor continua a ser o que já tínhamos. Não se deixem enganar! ●

“

Esses empresários do ensino tentam renegociar o Contrato Colectivo de Trabalho em vigor. A sua proposta é ofensiva! Para eles, os professores são "coisas", talvez máquinas, a quem não é reconhecido o direito à dignidade, a quem não é reconhecido o direito à família.





A verdade inconveniente do apoio obsceno ao ensino privado

Com a Grande Reportagem de Ana Leal, “Verdade inconveniente”, que a TVI passou a 4 de novembro, após o *Jornal das 20*, foi feita uma abordagem objetiva, oportuna e crua, da realidade do financiamento da Educação e do desperdício de dinheiros públicos que, no caso do financiamento do ensino privado, é justificado pela sua natureza claramente ideológica.

Um retrato que ganha especial significado já que foi revelado no preciso dia em que é publicado o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. Um Estatuto que é suporte da senda privatizadora deste governo PSD/CDS-PP e que faltava para continuar a canalizar as avultadíssimas verbas do Orçamento de Estado para os bolsos dos patrões dos colégios e para engordar as

contas bancárias de grupos privados que os gerem. Para 2014, ao contrário do que acontece com todo o setor de Educação, em que os cortes no ensino público são brutais, o OE prevê um aumento de 2 milhões de euros no já elevado financiamento do ensino privado.

Esta reportagem da TVI vem confirmar as sucessivas denúncias que a FENPROF e seus sindicatos têm feito e que na preparação deste ano letivo ganharam novo impacto, por via das reações individuais e coletivas de diversas direções de escolas públicas, designadamente no concelho de Coimbra (o mais visado na reportagem da TVI) em que apenas um agrupamento não subscreveu uma dura, crítica e objetiva tomada de posição.

Para a FENPROF, é fundamental que haja investigação (envolvendo a Inspeção Geral de Educação e Ciência e a Procuradoria Geral da República) sobre as denúncias que sobressaem desta reportagem: transportes escolares de alunos de colégios pagos por autarquias, favorecimento de colégios por responsáveis autárquicos e da administração educativa, má utilização de dinheiros públicos, autorização de funcionamento de turmas para além do estabelecido pela distribuição da rede, prestação de informação falsa para obtenção de financiamentos. Mas também, a eventual apropriação do financiamento de escolas privadas pelos

seus proprietários, utilização indevida de influências políticas e...

Um rol de estranhos casos em que a utilização dos impostos de todos os portugueses no financiamento de escolas privadas está sob suspeita, ao mesmo tempo que escolas públicas com excelentes condições veem reduzido o número de alunos e milhares de professores dessas escolas são ameaçados com horários-zero, tendo em risco a sua estabilidade e emprego.

O que está em causa

Para a FENPROF, que continuará a acompanhar esta situação e a apoiar as escolas públicas, de forma a que estas continuem a ser o garante de qualidade, equidade, liberdade, democracia e justiça no sistema de ensino português, é fundamental que todos os portugueses vejam o que está em causa – um enorme e feroz ataque à Escola Pública e aos direitos de toda a população, num quadro em que as políticas do governo se orientam para o seu desmantelamento e destruição, tendo em vista a privatização de todo o sistema.

A defesa da Escola Pública é, pois, inevitável e imprescindível, e foi também um dos motivos centrais que levou milhares de professores a aderir à Greve Geral da Administração Pública de 8 de novembro.

Porque em Educação, inevitável, mesmo, só a luta! ●



FENPROF, APD e CNOD

A uma só voz na defesa da inclusão plena dos alunos com NEE

Após a conturbada abertura do ano letivo em que, entre outros problemas, foi generalizado o agravamento das condições de ensino e aprendizagem dos docentes da Educação Especial (EE) e dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Dos problemas mais graves que foram identificados por docentes, pais, direções das escolas e comunicação social destacamos alguns, que após dois meses do início do ano letivo, continuam a persistir: alunos impedidos de irem à escola; falta de muitos docentes de EE; turmas incluindo alunos com NEE com mais de 20 alunos e/ou mais de 2 com NEE; alunos com NEE em turmas do 1º CEB com 26 alunos e vários anos de escolaridade; alunos que nas escolas tinham apoio diário e agora têm apenas 1 ou 2 dias por semana; alunos que, embora constem

das listagens das turmas, foram remetidos para instituições.

Face a todos estes problemas FENPROF, APD e CNOD reuniram-se, analisaram a situação e decidiram realizar uma conferência de Imprensa conjunta, no dia 3 de outubro, para denunciarem a situação e anunciarem medidas no sentido de garantir que a Escola Pública Portuguesa continue a ter um caráter inclusivo, nomeadamente:

- Solicitar reunião à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR, ao Presidente do CNE e ao MEC, com o objetivo de colocar preocupações, apresentar propostas e exigir soluções;
- Apresentar um queixa conjunta à UNESCO e à OIT, no início do 2º período letivo, caso não se verifique alteração da situação;
- Apoiar juridicamente as famílias que pretendam apresentar queixa em tribunal;
- Apresentar, em sede do Conselho Eco-

nómico e Social, uma proposta no sentido de ser elaborado um parecer sobre a situação da Educação Especial em Portugal;

- Promover um movimento alargado em defesa da Escola Inclusiva em defesa de uma verdadeira e real inclusão.

No dia 16 de outubro realizou-se a reunião com a Comissão de Educação da AR (foto) com o objetivo principal de apelar aos deputados no sentido de serem tomadas medidas que garantam o caráter inclusivo da Escola Pública.

No dia anterior o Ministro Nuno Crato declarou que apenas faltavam colocar 16 docentes de EE nas escolas. Neste dia demonstrámos que o Ministro, mais uma vez, tenta ludibriar tudo e todos: em 2006 existiam 5.557 docentes colocados na EE.

Após a abertura dos quadros da EE e a criação dos três grupos de recrutamento aquele número de docentes tendo vindo a ser reduzido, estando colocados 4.696 docentes da EE em outubro de 2013 (Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário).

A taxa do MEC...

A população escolar com NEE (segundo dados do MEC) é de 49.149 alunos, representando uma taxa de incidência de 2,7% (total de alunos em 2012: 1.798.805 alunos). Taxa muito abaixo do que é nacional e internacionalmente recomendado: entre 8 e 10% da população escolar.

A baixa taxa de incidência e a diminuição de docentes de EE colocados apenas refletem as opções políticas de segregação e exclusão que este governo (PSD/CDS) e o anterior (PS) implementaram desde a publicação do DL 3/2008 e a drástica redução dos apoios da EE a alunos com NEE.

O conceito de NEE imposto pelos governantes nacionais exclui milhares de alunos, um número que cresce de ano para ano, que deveriam beneficiar do apoio dos docentes da EE.

Reorganização do setor

A FENPROF, APD e CNOD continuarão a defender a inclusão plena de todos os alunos com NEE junto dos seus pares. Inclusão essencial para o desenvolvimento e a formação pessoal de todos que se traduzirá no respeito por cada indivíduo.

Porque todos os alunos têm direito à igualdade de oportunidades, a FENPROF defende uma profunda reorganização do setor e considera inadiável a revisão da legislação da EE, incluindo a da intervenção precoce, no sentido de uma plena inclusão dos alunos com NEE na Escola Pública.

É obrigatório que seja dada a resposta adequada às necessidades educativas de todos os alunos que apresentam dificuldades, independentemente do seu grau, natureza ou tempo de duração, desde a Intervenção Precoce até ao Ensino Superior. ●



No dia 22 de Outubro a FENPROF, APD e CNOD reuniram com o Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) salientando a importância desta entidade no melhoramento do processo legislativo no sentido da verdadeira inclusão dos alunos com NEE nas Escolas Públicas.

O Presidente do CNE, o ex-ministro David Justino, referiu que a EE é uma área essencial na Escola, admitindo a constituição de uma Comissão para a discussão da situação atual da EE. Admitiu, ainda, a realização de um debate alargado com a comunidade educativa (docentes, encarregados de educação e alunos), com as organizações ligadas à Educação e entidades da sociedade que representam as pessoas com deficiência. ●

A uma só voz...

Ensino artístico

MANUEL ROCHA (Diretor do Conservatório de Música de Coimbra, Dirigente do SPRC)

No dia 1 de setembro os professores contratados das escolas do ensino artístico especializado – música, dança e também artes plásticas – não sabiam se permaneceriam na escola na qual muitos já trabalham há mais de uma década. Não se julgue, porém, ser este um drama novo nas suas vidas – ano após ano, a satisfação de necessidades permanentes destas escolas resolve-se nos mecanismos de contratação para preenchimento de necessidades transitórias. Também no caso das escolas do ensino artístico especializado, a estabilidade, um dos instrumentos centrais do progresso social, é despromovida a condição de privilégio, num total desrespeito pela vida dos docentes, mas, também, dos alunos que ali procuram resposta para as suas necessidades educativas.

Dois meses antes, o MEC anunciava a abertura de lugares de “quadro” com base em dados fornecidos pelas escolas, dados que davam conta das suas reais necessidades permanentes. Uma vez mais, o anúncio saiu mais gordo do que o gesto e o concurso que o materializou deixou mais de metade dos docentes de “fora” das escolas a que chamam suas, por considerarem ser seus os deveres educativos que, com elevado sentido ético, vêm cumprindo, alguns, sublinhe-se, há mais de uma década. Mas o gesto não saiu apenas magro, foi também torpe - alguns dos concursos destinaram-se a ocupar lugares não existentes nas escolas, por falta de condições ou de necessidade, numa prova de incompetência que, não sendo surpreendente, não deixa de sublinhar a intencional leviandade com que a atual equipa do MEC trata os assuntos da Educação, seus trabalhadores, seus alunos.

Só mais tarde, a meados de setembro e já com o ano letivo em andamento - cuja normalidade o ministro Crato sublinhou com assinalável lucidez - seria regularizada a contratação dos professores destas escolas. Contudo, há a assinalar que a tardia regularização se processou em moldes diversos daqueles que, em anos anteriores, nortearam semelhante desdoro governativo, nomeadamente, no que respeita à contagem de tempo de serviço e de inscrição na CGA. Pela primeira, vez nesta triste história, o MEC endossa para os professores os prejuízos



de uma situação pela qual é exclusivo responsável, aprofundando uma situação de precariedade, por si só inaceitável num Estado de Direito Democrático.

A FENPROF tem vindo a exigir do MEC a tomada de medidas de resolução deste problema naquilo que importa garantir no imediato - a contagem de tempo de serviço e o enquadramento social comum à generalidade dos docentes - e, igualmente, naquilo que constitui um passo decisivo na estabilização da vida nas escolas, nos níveis laboral e educativo - a integração em quadro de escola dos docentes que, ali, constituem necessidades permanentes.

Não haja, contudo, ilusões. Ao governo de Passos Coelho não interessa o cumprimento de objetivos comprometidos com o progresso de Portugal. “Compromisso”, na linguagem governativa, significa precarização, empobrecimento, liquidação da Escola enquanto mola de desenvolvimento. Lutar é, no momento atual, um dever de todos os professores em geral e dos professores do ensino artístico em particular - pela sobrevivência do regime democrático, mas também pela própria sobrevivência em condições de elementar dignidade. ●

Carlos Pato, secretário-geral do SPE/FENPROF: “OE/2014 corta cerca de 3 milhões de euros no Ensino Português no Estrangeiro”

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



“O Orçamento do Estado para 2014 vai tirar, em termos globais, 7,8 milhões do orçamento do Camões, IP. o que se irá refletir numa redução de cerca de 3 milhões de euros no Ensino Português no Estrangeiro (EPE) bem como 4 milhões na Cooperação...”, alerta o Secretário Geral do SPE/FENPROF, em entrevista ao JF. “Já alertámos a Presidente do Camões, IP. para a nova vaga de imigrantes que ao longo do ano têm abandonado o país e têm chegado aos mais diversos destinos. Os professores tudo farão para os acolher, apoiar e integrar”, destaca Carlos Pato noutra passagem desta conversa com a reportagem do JF.

JF - Que balanço faz o SPE à introdução da “propina”, que o Governo teimosamente impôs às famílias com filhos na rede do EPE?

Carlos Pato (C.P.) – Não se pode fazer um balanço no imediato de uma medida que, pelo seu radicalismo, perdurará enquanto o ensino português no estrangeiro conseguir subsistir a este e outros tipos de ataques.

A taxa de frequência, vulgo propina, veio demonstrar quão perversa é esta medida para a sobrevivência do EPE. Só este ano perderam-se entre 7 500 a 8 000 alunos na Europa.

JF – E há um país com uma grande comunidade portuguesa onde essa perda é realmente impressionante...

C.P. – Estás a referir-te à França, que irá representar, no próximo ano, a grande fatia. Este ano gozou do regime de exceção em virtude da posição firme do Governo francês que chegou a ameaçar o Secretário de Estado das Comunidades com o fim da cedência gratuita de instalações para o funcionamento dos cursos. O mesmo reflexo foi sentido na Bélgica e em alguns estados alemães que contribuem de maneira significativa para a manutenção dos cursos bem como para a formação dos professores.

Em Espanha, devido a um hipotético mal entendido entre as partes, ou ainda, devido a

deficientes negociações, perderam-se cerca de 4 000 alunos, desde o pré-escolar até ao final do 1º ciclo. Os governos autonómicos comprometeram-se a assegurar os cursos mas até hoje nada aconteceu.

JF – Com a chegada do OE para 2014 mais uma vez se volta a verificar um ataque à Educação e aos direitos constitucionalmente assegurados aos filhos dos emigrantes portugueses espalhados pelo mundo. Queres comentar...

C. P. – O OE para 2014 vai tirar em termos globais 7,8 milhões do orçamento do Camões, IP. o que se irá refletir numa redução de cerca de 3 milhões de euros no EPE bem como 4 milhões na Cooperação...

Em reunião com a Presidente do Camões foi-nos informado que a redução não se irá refletir em termos de diminuição de professores que presentemente se encontram na rede. Todavia será necessária uma gestão apertada de recursos de molde a manter os mesmos postos de trabalho. É óbvio que esta gestão de recursos não deixará de afetar os professores tendo em consideração que até um simples passe social já foi cortado e se avizinham outras medidas do género.

JF – De um contingente de professores a rondar os 600 em 2009, após o desastre de 2011, em que 49 professores viram finda a comissão de serviço vs despedimento,

chegamos ao início do atual ano letivo com cerca de 360 profissionais da Educação na rede do EPE. Como é possível, assim, garantir o Ensino Português no Estrangeiro?

C. P. – É uma recordação dolorosa aquela que resultou da medida tomada há dois anos e que afetou 49 professores do EPE. A Presidente do Camões, IP. garantiu ao SPE que este ano nenhuma medida do género será tomada. A rede horária do EPE comporta perfeitamente os 356 professores que estão no ativo.

Para continuar a funcionar numa linha de qualidade e manter os cursos em funcionamento muito contribui para o efeito o elevado grau de profissionalismo e dedicação dos professores.

A prová-lo está o grande esforço na distribuição dos manuais, as deslocações e inerentes despesas com transportes que não são reembolsadas, acrescidas dos constantes cortes nos salários que sufocam estes professores que, imbuídos de um espírito de missão fantástico, continuam a deslocar-se a longas distâncias à chuva, ao frio e à neve, fazendo centenas de quilómetros por semana para que os seus alunos não fiquem sem aulas.

JF – O Sindicato dos Professores no Estrangeiro já garantiu que tudo fará no sentido de combater os ataques ao EPE e, agora, esta proposta de Orçamento de

Estado. Como é que o SPE vai desenvolver essa luta? Conta com a solidariedade das comunidades...

C. P. – O SPE conta com o bom relacionamento institucional com o Camões, IP, bem como com a colaboração do Secretário de Estado das Comunidades para que o Ensino Português no Estrangeiro se consiga manter. Tudo fará para que as condições sejam criadas de molde a que este sistema especial de educação sobreviva a estas tempestades que furiosamente se abatem sobre professores e alunos espalhados por esse mundo. Só na Europa, cerca de 19 mil alunos pagaram a taxa de frequência. Pais e Encarregados de Educa-

ção deram uma resposta firme no sentido da manutenção dos cursos de língua portuguesa.

Os professores desenvolveram campanhas, quase porta a porta, de sensibilização da comunidade. Nunca regatearam esforços. O SPE/FENPROF desenvolverá uma atitude vigilante e de denúncia de situações que visem atropelar os anseios de milhares de alunos que querem continuar a aprender a língua e a cultura portuguesas.

JF – E não estás a falar só dos que nasceram nestes países europeus...

C.P. – Falamos de todos e ainda daqueles que, ultimamente, tiveram de abandonar

o seu país e vir à procura de uma vida melhor. Muitas crianças e jovens deixaram a vida que tinham: os seus amigos, as suas escolas, as suas famílias; e acompanharam os pais numa aventura que todos desejamos profícua.

A todos, o Sindicato, através dos professores, procurará facilitar a integração nos diferentes países de acolhimento para que a mesma seja bem sucedida.

Já alertámos a Presidente do Camões, IP, para a nova vaga de imigrantes que ao longo do ano têm abandonado o país e têm chegado aos mais diversos destinos.

Os professores tudo farão para os acolher, apoiar e integrar. ●

Nos dois primeiros meses do novo ano letivo Intensa atividade da FENPROF



Sem ser exaustivo, segue um breve levantamento das ações, de diverso tipo, em defesa dos professores, da educação e da escola pública:

Em torno da denúncia do desemprego e da precariedade dos docentes:

- 2/9: Concentrações de docentes junto aos Centros de Emprego em vários pontos do país.

- 4/9: Conferência de imprensa junto à Escola António Arroio, em Lisboa, denunciando a situação de extrema precariedade dos docentes contratados das escolas especializadas de ensino artístico

- 26/9: No Porto, encenação a que chamamos "I(MURAL)": um mural que denunciou a imoralidade que é a precariedade e o desemprego crescentes entre os professores e educadores.

- setembro: Lançamento de petição contra a prova de ingresso.

- 27/9: Intervenção junto do presidente da República pedindo a declaração da inconstitucionalidade da "prova de ingresso", nomeadamente por ignorar as condições de dispensa da dita "prova" definida por anteriores governos.

Em defesa das condições de trabalho:

- Em setembro: lançamento de um abaixo-

-assinado contra o aumento da componente letiva dos docentes do 1º CEB, em clara violação do acordado com os sindicatos após a greve às avaliações.

- 16/9: Entrega no MEC dos abaixo-assinados de docentes do 1º ciclo contra o aumento da componente letiva. (O MEC não recebeu; a entrega acabou por concretizar-se em 3/10)

Em defesa dos alunos com necessidades educativas especiais (NEE)

- 3/10: Conferência de imprensa, com a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) e a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD) denunciando a situação negativa das respostas dadas aos alunos com NEE, particularmente evidente neste ano letivo.

- 14/10: Por iniciativa conjunta da FENPROF e da CNOD, abertura, em Évora, de uma exposição sobre a importância da inclusão social de crianças e jovens com deficiência. Esta exposição correrá todas as regiões do país até 2/12.

- 16/10: Reunião com a Comissão de Educação, Cultura e Ciência da Assembleia da República sobre a mesma situação.

- 22/10: Reunião com a Comissão Nacional de Educação (CNE) sobre o mesmo tema.

Em defesa dos direitos dos aposentados

- 25/9: Participação na concentração de aposentados da Função Pública protestando contra os anunciados cortes das pensões.

Reuniões institucionais de negociação:

- 11/9: Reunião na Direção Geral de Administração Escolar (DGAE) sobre concursos e colocações dos docentes

- 18/9, 7/10: Reuniões no MEC sobre a revisão do Regime Jurídico da Formação Contínua.

- 24/10, 30/10: Reuniões com o MEC sobre a proposta de rescisões.

Ações conjuntas com o Movimento Sindical Unitário (MSU):

- 24/9 – Participação na Cimeira da Frente Comum e Sindicatos da Administração Pública destinada a preparar a resposta aos ataques do governo contra a administração pública e que conduziu à marcação da greve da administração pública em 8 de novembro.

- 1/10: Participação nas comemorações do 43º aniversário da CGTP-IN

- 4/10: Reunião com a Inspeção Geral de Educação e Ciência (IGEC) sobre problemas e arbitrariedades registados na abertura do ano letivo.

- 11/10: Reunião com o secretário de Estado do Ensino Superior

- 19/10: Participação nas manifestações nas pontes "Marcha Por Abril: contra a exploração e o empobrecimento" (Lisboa e Porto)

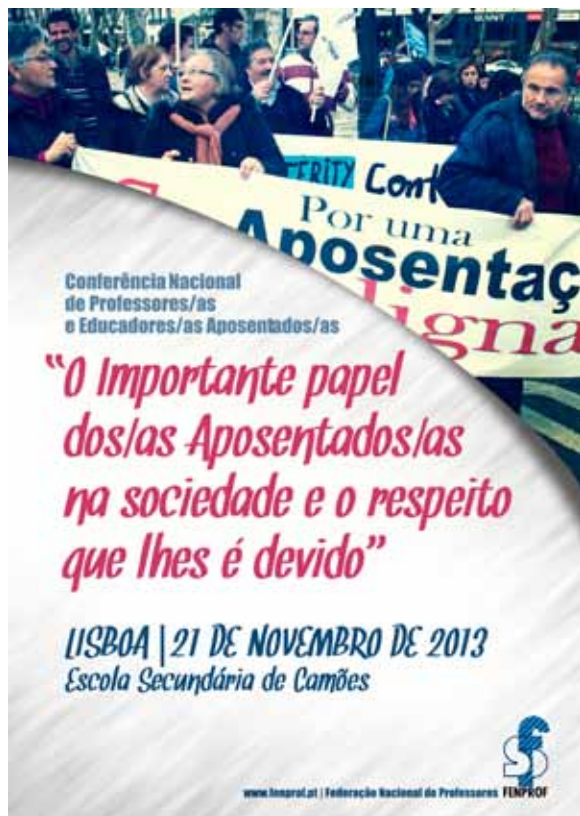
- 1/11: Participação na concentração junto à Assembleia da República, protestando contra o Orçamento de Estado para 2014 que agrava os cortes destinados às funções sociais, nomeadamente à Educação, além de prever cortes enormes nos salários e pensões dos trabalhadores da administração pública.

Conferências de imprensa:

- 20/9: denunciando as condições de abertura do ano letivo.

E ainda:

- 5/10: Comemoração do Dia Mundial do Professor, 5 de Outubro, na Escola Secundária D. Pedro V (Lisboa). Anúncio da vencedora do prémio "Urbano Tavares Rodrigues", iniciativa da FENPROF patrocinada pelo SECRE, atribuído a Ana Cristina Silva pelo romance "O Rei do Monte Brasil" | AA ●



21 de novembro, Lisboa

FENPROF promove conferência nacional de docentes aposentados

Os trabalhadores aposentados e reformados têm sido fortemente penalizados por roubos sucessivos, decididos e executados pelo governo. Os professores e educadores não têm passado ao lado desta fúria contra quem trabalhou e descontou uma vida inteira e agora vê os governantes a sonegar-lhes o direito a uma aposentação digna e valorizada, de acordo com o que foi o seu contributivo e solidário durante décadas.

É neste contexto muito negativo e com o primeiro-ministro a anunciar novos e ainda mais violentos cortes para 2014 que a FENPROF, com o objetivo de debater a situação a que chegaram os aposentados e aprovar ações e lutas a desenvolver por esses professores e educadores, ora em convergência com outros setores, ora de forma autónoma, decidiu convocar, para o próximo dia 21 de novembro, uma Conferência Nacional de Professores e Educadores Aposentados, que se realizará em Lisboa.

A Conferência contará com cerca de 200 delegados, dos quais 150 serão eleitos em reuniões que se realizarão por todo o país, especificamente dirigidas aos professores e educadores aposentados. Nesta Conferência Nacional pretende-se ainda debater "O papel dos aposentados na sociedade" e aprovar um Caderno Reivindicativo dos Professores e Educadores Aposentados. ●

Rádio e de televisão

A indisfarçável marca ideológica da desvalorização dos serviços públicos

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) enviou ao ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional o seu parecer sobre o projeto de contrato de concessão dos serviços públicos de rádio e de televisão.

O documento não só retoma e densifica o essencial de posições, críticas e propostas que o SJ tem vindo a apresentar à tutela e a publicitar, como reforça as contribuições dadas pelo SJ para o documento de propostas elaborado pelo conjunto de sindicatos representativos dos trabalhadores ao serviço da Rádio e Televisão de Portugal (RTP).

O parecer do SJ considera que o projecto do Governo "ostenta a indisfarçável marca ideológica da desvalorização dos serviços públicos, uma opção nítida pelo desinvestimento nas empresas do sector estatal e um propósito evidente de privilegiar a actividade privada".



tória, com a consequente asfixia financeira da concessionária" – o que o sindicato repudia.

Tais sinais, crítica ainda o SJ, estão também na "previsível redução significativa de obrigações específicas, mesmo na área da informação, incluindo nos serviços de programas com informação especializada e nos destinados às comunidades portuguesas".

Contestando a ideia defendida pelo Governo de que a RTP não deve ter produção própria e sim limitar-se a dinamizar o mercado do audiovisual, o SJ alerta que, a concretizar-

-se tal opção, isso significaria o "malbaratar de recursos técnicos e humanos que a RTP possui, bem como o seu capital de experiência e o seu potencial de criatividade, colocando a empresa nas mãos do mercado".

Mais, uma tal opção, ao invés de fazer da RTP uma referência em qualidade e exigência ética, como o projecto governamental diz ser seu propósito, deixaria a empresa "à mercê dos interesses, das disponibilidades, das disposições e dos padrões impostos pela competição a preços e nas condições «do mercado», comprometendo assim a sua independência.

Para o SJ, se o "Estado pretende um operador de Serviços Públicos que seja esse referencial, só tem de lhe garantir os meios para que produza programas de elevada qualidade e obedecendo a padrões de excelência, com o objectivo de difusão nas suas próprias antenas, mas também para colocar no mercado do audiovisual – nacional e internacional, especialmente na Europa e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa". ●

A importância fundamental da sindicalização nos dias que vivemos

Jornada Internacional pelo Trabalho Digno

A Confederação Sindical Internacional (CSI) promoveu no passado dia 7 de outubro uma importante jornada internacional, subordinada ao lema “Organizar”, apelando a um renovado esforço para reivindicar justiça social e empregos dignos para todos.

“Porque os governos ainda não estão dispostos ou são incapazes de conter o domínio das entidades financeiras globais e das multinacionais sobre a vida das pessoas”, a CSI considera que “a única maneira de conseguir colocar de novo a economia ao serviço dos interesses da maioria e não de uns poucos, é reforçar o poder dos trabalhadores”.

Como afirma a CSI, “apenas 7% dos trabalhadores e trabalhadoras tanto na economia informal como no sector formal, são membros de sindicatos e centenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo anseiam pela segurança de emprego e proteção social que os sindicatos lhes asseguram. Organizar novos associados é tarefa crucial.

“Ação integrada”

A Jornada Internacional pelo Trabalho Digno afirmou-se como uma grande oportunidade para fazer chegar a mensagem sindical a todo o globo, estendendo a mão a outros para ajudá-los a sindicalizar-se e apoiando ações de solidariedade, naquela jornada, com manifestações, reuniões, seminários, publicidade, comunicação social ou outras”.

A CGTP-IN e o movimento sindical unitário no seu conjunto, intervindo no quadro concreto da nossa situação nacional e com espírito de solidariedade internacional partilham, desde sempre, esta urgente necessidade de reforço da sindicalização dos trabalhadores, tendo designadamente aprovado, no seu último Congresso em 2012, uma estratégia de permanente e acrescida intervenção junto dos trabalhadores, nos locais de trabalho, através da “ação integrada” que visa um constante reforço combinado da sindicalização e da negociação coletiva.

Convergência e luta sindical

Por isso a Central portuguesa está solidária com a CSI e com a referida Jornada Internacional pelo Trabalho Digno, porque são cada vez mais necessárias e urgentes a convergência e a luta sindical pelo reforço da sindicalização, especialmente no quadro atual em que se desenvolve uma ofensiva

predadora no contexto da grave crise do sistema capitalista, que está a conduzir a um profunda regressão civilizacional, com terríveis consequências no plano económico e social, energético, ecológico e das matérias-primas.

A realidade cada vez mais demonstra a incapacidade do capitalismo em assegurar o desenvolvimento económico e social e a preservação das condições naturais de vida, sendo especialmente grave a falta de acesso à água e a produtos alimentares.

Na verdade, o sistema capitalista impõe uma brutal assimetria na distribuição de bens e rendimentos entre as classes sociais e entre países, criando um mundo injusto e acentuando diariamente as desigualdades.

A ofensiva do grande capital internacional é acompanhada por um violento ataque às conquistas laborais, sociais e cívicas dos trabalhadores e dos povos, designadamente aos direitos sindicais, dos quais ressaltam o direito dos trabalhadores à contratação coletiva e à organização, visando assim reduzir a sua resistência e luta e tentando impor o empobrecimento generalizado e o aumento da exploração.

Uma nova ordem mundial

A CGTP-IN reafirma que é necessária e urgente uma nova ordem mundial que ponha fim à exploração e que garanta a equidade, com uma justa distribuição da riqueza, com progresso, crescimento económico e justiça social.

Como sublinha a *Inter*, a resistência e a luta do movimento sindical e o seu reforço, priorizando a ação nos locais de trabalho, e claro, também nas ruas dos nossos países, contra esta ofensiva e contra as chamadas “políticas de austeridade” e de regressão social e civilizacional, constituem hoje um imperativo em Portugal, na Europa e no Mundo.

É uma luta crucial pelo emprego seguro e com direitos, por um presente e um futuro dignos para as novas gerações, pela justiça social, pela soberania dos povos, pela paz e pelo desenvolvimento, matérias bem sensíveis no nosso país. ●



“

Como afirma a CSI, “apenas 7% dos trabalhadores e trabalhadoras tanto na economia informal como no sector formal, são membros de sindicatos e centenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo anseiam pela segurança de emprego e proteção social que os sindicatos lhes asseguram. Organizar novos associados é a tarefa mais crucial.

“A escrita tem de ser encarada com o mesmo nível de profissionalismo de qualquer outro trabalho”

Ana Cristina Silva, premiada do Concurso Literário Urbano Tavares Rodrigues

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)

A reportagem do JF foi ao encontro de Ana Cristina Silva, vencedora do Prémio Urbano Tavares Rodrigues. A autora de **“O Rei do Monte Brasil”** revela na breve entrevista que nos concedeu o tema do seu próximo trabalho literário: uma história sobre a pobreza dos pescadores nos anos sessenta em Portugal e sobre os desertores da guerra colonial e do seu exílio em Paris. Ana Cristina Silva mostra a sua preocupação com a situação do país e observa: “Com o nível de cortes que este governo fez, a percentagem do PIB

aplicada na educação é agora comparável à dos países subdesenvolvidos e isso vai-se repercutir necessariamente na qualidade da escola pública.”

Na cerimónia de entrega do Prémio Literário instituído pela FENPROF e pela SECRE, realçou a figura de Urbano Tavares Rodrigues. Que faceta nos quer destacar desse prestigiado autor?

Ana Cristina Silva (ACS) – Destaco a sua faceta humana. Urbano Tavares Rodrigues

era, sem dúvida, um grande escritor. Quanto a isso não há qualquer dúvida! Mas todos são unânimes em destacar a sua humanidade que tanto se revelou nas posições políticas como na generosidade com os escritores mais jovens.

Como encara a situação que estamos a viver no nosso país e nomeadamente nos campos da Educação e da Cultura?

ACS – Com muita tristeza. Como disse na entrega do prémio, sem cultura e educação

“Este prémio está associado às minhas duas principais paixões: a educação e a literatura”

Não posso deixar de saudar a FENPROF pela instituição deste prémio, nesta época especialmente conturbada. Portugal vive uma das mais intensas e marcantes crises económicas, de identidade, de conhecimento, de crescimento e de educação. A governação actual deste país é marcada pelo desprezo e insensibilidade em relação à arte e à educação.

Ao instituir este prémio, nesta altura, a FENPROF marca posição contra o desdém a que a cultura está neste momento votada pelos actuais governantes. Não é demais também afirmar que cabe em parte aos escritores e poetas falar mais alto e não deixar morrer a cultura, lutar contra ignorância que continua a vaguear como por um deserto devastado por ventos adversos. É que sem cultura e educação não há futuro. Este prémio está associado às minhas duas principais paixões: a educação e a literatura. Acredito no poder transformador da literatura e da educação.

As histórias criam viagens temporárias e os passageiros que nelas embarcam são desafiados para novas visões que os mudam e tocam. De certo modo, as pessoas podem ser mudadas pelos livros e, nesse sentido, os livros podem mudar a sociedade. Se é verdade que a literatura tem um potencial transformador a educação, não o

tem menos e qualquer professor sabe que a sua profissão define destinos e marca novos rumos e, por isso, contra ventos e marés, a maior parte dos professores continua a amar o que faz.

Ainda umas palavras relativas ao labor da escrita. As histórias aparecem ao seu autor como fantasmas que precisam de encarnar. Foi desta maneira que me apareceram Gungunhana e Mouzinho de Albuquerque. Um autor, ao escrever, vive sempre paredes-meias com o potencial fracasso (a indecisão em relação à continuação da história, a diferença entre o romance idealizado e o conseguido, o medo de não conseguir chegar ao fim), cujos termos são geralmente secretos. Ter a honra de ver reconhecido o meu labor compensa os momentos mais negros desse espectro. Tenho de acabar com um palavra de agradecimento aos leitores, pois, como dizia Saramago, não há livros sem leitores! ●

Passagem da intervenção de Ana Cristina Silva na cerimónia de entrega do Prémio Urbano Tavares Rodrigues, Lisboa, 12/10/2013



não há futuro. Com o nível de cortes que este governo fez, a percentagem do PIB aplicada na educação é agora comparável à dos países subdesenvolvidos e isso vai-se repercutir necessariamente na qualidade da escola pública. Quanto à cultura, o investimento hoje em dia é quase inexistente. Basta ver o que se passa no setor do cinema e do teatro. Quanto aos livros: em 2012 venderam-se menos um milhão de livros que no ano anterior, com uma perda de 15 milhões de euros no negócio, tendência que se mantém ou se agravou no corrente ano. Num país com tão poucos leitores a quebra é significativa e desorienta qualquer autor que deseje chegar aos seus leitores.

Investigadora. Docente de Psicologia (ISPA). Escritora. Como concilia estas "frentes" de trabalho?

ACS – É muito difícil. Exige uma disciplina e um rigor extremos. Para além das aulas, há a orientação de teses de mestrado e doutoramento, as idas a congressos, a escrita de artigos científicos, a participação nos órgãos da escola. Há anos que não tenho férias para conseguir escrever. A escrita tem de ser encarada com o mesmo nível de profissionalismo do que qualquer outro trabalho, isto apesar dos livros hoje desaparecerem das livrarias muito mais depressa do que o tempo que demoram a ser escritos.

Qual é o tema do seu próximo trabalho literário?

ACS – É uma história sobre a pobreza dos pescadores nos anos sessenta em Portugal e sobre os desertores da guerra colonial e do seu exílio em Paris, um relato sobre as esperanças perdidas do 25 de Abril revolucionário e sobre a difícil adaptação dos emigrantes portugueses a outras culturas e paragens, que se transformou na história de um homem só que abandona todas as mulheres que ama.

Podemos dizer que o escritor sofre? Ou a escrita é (só) prazer?...

ACS – A escrita é para mim um devaneio e uma espécie de necessidade interior e as frases têm de se destacar dos factos inventados como verdadeiras e nunca como imitação de outros. Preciso de disponibilidade para o devaneio, ao mesmo tempo que não sou capaz de viver a vida sem me distrair com estas fantasias. Nessa medida é um prazer, gosto de montar a história e de trabalhar a linguagem. No dia em que sofrer a escrever, desisto. ●

Sessão

Entrega do prémio literário Urbano Tavares Rodrigues

"O Rei do Monte Brasil", de Ana Cristina Silva

Prémio Novela e Romance Urbano Tavares Rodrigues promovido pela FENPROF e pela SECRE, entregue em Lisboa (12/10/2013)



Paulo Sucena, presidente do júri, lembrou que este é um prémio que tem como mecenas a SECRE e dinamizador a FENPROF. Uma parceria que valoriza, também, a qualidade do próprio prémio.

A FENPROF ao escolher Urbano Tavares Rodrigues para patrono deste prémio, fê-lo pela figura de escritor e cidadão que foi, lembrou para elevar a pessoa, a obra, e a pessoa que Urbano foi e representa, cujo contributo foi muito para além da qualidade da sua obra e da oportunidade do seu exercício de cidadania.

Quanto à edição deste prémio registou nada ter ficado a dever ao prémio de poesia de 2012, já que no conjunto das obras a concurso foi de grande qualidade. Apontou o significativo número e a qualidade das obras a concurso. Para dizer que num tempo de negritude da democracia, o elogio aos professores por tornarem esta edição do prémio num momento enriquecedor é perfeitamente justificável. O júri não teve tarefa fácil, mas decisão foi unânime.

"O Rei do Monte Brasil" é feito de capítulos harmoniosamente orquestrados e é "Um romance que dá prazer de ler e de reescrever enquanto se lê", declarou.

Ana Cristina Silva, a autora, não escondeu a emoção e manifestou-se grata por receber um prémio com o nome de Urbano, pelo que foi e pelo que fez, atribuído por um júri que ainda mais o valorizou (Clara Crabbé Rocha, José Manuel Mendes e Paulo Sucena). Aproveitou o espaço público que lhe atribuíram para dirigir duras críticas ao atual governo

pela sua política destruidora e pelo desdém que tem revelado em relação à cultura e à arte. "Parabéns à FENPROF por contrariar esta lógica", acrescentou.

Para todos quis deixar a mensagem de que "sem cultura e sem educação não há futuro" e de que acredita no "poder transformador da cultura e da educação". Quase a terminar Ana Cristina Silva disse que ter a honra de ver reconhecido o seu valor compensa os períodos mais negros do processo de construção da obra por que passa qualquer escritor, para lembrar que sem, leitores não há livros.

Da SECRE, Paulo Loureiro declarou que este patrocínio do Concurso Literário da FENPROF, iniciado em 2012 é feito com muito prazer e dedicação. "Os professores têm muito a dar ao país". A SECRE, acrescentou, está envolvida neste prémio convictamente e assim estará se para tal continuar a ser solicitada.

No final, o Secretário Geral da FENPROF registou o enorme reconhecimento e satisfação pelo júri, pelo patrocinador, pelo facto de a FENPROF destacar o que de melhor os professores fazem, mas também pelo facto de este prémio ter sido entregue a uma autora que, nas poucas palavras que escolheu para a sua declaração na entrega deste prémio, revelou um carácter de que ficámos todos, também, a gostar.

Para a FENPROF, disse Mário Nogueira, há a intenção de continuar com esta iniciativa, pois continua a destacar o tanto e tão bom que os professores, independentemente da sua condição profissional vêm fazendo em favor da arte e da cultura. ●



Mário Nogueira, José Manuel Mendes, Clara Rocha, Paulo Sucena, João Cunha Serra, Ana Cristina Silva e Paulo Loureiro



16 e 17 de novembro

Paz em ciclo de cinema e debates no Porto

O núcleo do Porto do CPPC realiza, desde outubro passado, o segundo ciclo de cinema "Paz em Ciclo II", até **15 de dezembro**. Do ciclo constam cinco filmes, que abordam temas como a paz no Médio Oriente, a 1ª Guerra Mundial (cujos 100 anos do seu início se assinalam no próximo ano), o colonialismo em África e a luta pela independência, o armamento nuclear e a América Latina (Cuba). As sessões decorrem no Círculo Católico de Operários do Porto, na Rua Duque de Loulé, nº 202, e contam com o apoio da UNICEPE e da Universidade Popular. Para cada filme, um tema e uma conversa! 17 Novembro | A Batalha de Argel (1966) Gillo Pontecorvo, Argélia / Itália. 1 Dezembro | Doutor estranhoamor (1964) Stanley Kubrick, EUA. 15 Dezembro | Soy Cuba (1964) Mikhail Kalatozov, Cuba / URSS •



CES

"Cronologia das Crises" on line

A "Cronologia das Crises" está já disponível no site do Observatório sobre Crises e Alternativas/Centro de Estudos Sociais: www.ces.uc.pt

A "Cronologia das Crises" é uma ferramenta virtual, imagética e documental da crise, iniciada em 2007/2008, sendo por isso um importante utensílio de trabalho, dado que integra documentos essenciais, nomeadamente: OE, diversos Memorandos, Acórdão do Tribunal Constitucional, comunicados e notas oficiais, etc. Além disso, acrescenta Manuel Carvalho da Silva, Coordenador do Observatório, inclui múltiplos vídeos que permitem o confronto e a comparação

Novos escritores

"A Cegonha que sabia tudo sobre a água"

Trata-se da primeira aventura literária infantil de **Joana Santos e Pedro Moura**, com ilustrações de Carlos Roque, publicado pela *Chiado Editora*. Uma história onde se cruzam preocupações ambientais, meninos e animais. Numa viagem fantástica, real ou imaginada, uma cegonha em vias de extinção mostra-nos alguns dos problemas de poluição que o Mundo enfrenta. O que acontecerá se os comportamentos não se alterarem em breve? Queres também tu voar com esta Cegonha e fazer novas descobertas? Então consulta o blogue www.acegonhaquesabiatudo.blogspot.pt O livro será apresentado no próximo dia 30 de novembro, às 15h30, na Biblioteca Municipal de Póvoa de Galega (concelho de Mafra). •



de discursos proferidos por dirigentes políticos ao longo do tempo.

Para qualquer esclarecimento, contactar: observatoriocrises@ces.uc.pt ou telef. 216 012 848 •

Inscrições até ao dia 29

Concurso "Green Chef da cozinha"

Decorre até **29 de novembro** o prazo para a pré-inscrição no Concurso "Green Chef da cozinha", promovido pela DECOJovem, cujo principal objetivo é sensibilizar os jovens e as suas famílias para a importância do combate ao desperdício alimentar. Apenas podem participar os alunos das escolas DECOJovem, mas ainda estão a tempo de aderir ao projeto. Com a realização deste concurso, a DECOJovem pretende que os alunos: Conheçam as formas de desperdício alimentar ao longo da cadeia alimentar; Sejam sensibilizados para o combate ao desperdício alimentar em suas casas; Compreendam os custos ambientais, económicos e sociais associados ao desperdício alimentar; Sejam agentes ativos no combate ao desperdício alimentar em casa e na escola. Os alunos das escolas DECOJovem candidatam-se dentro dos seguintes escalões: 1.º Escalão: alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico; 2.º Escalão: alunos dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico; 3.º Escalão: alunos dos Ensinos Secundário e



Profissional. As equipas devem ser constituídas por 3 a 5 alunos e por um professor responsável. As equipas devem fazer uma pré-inscrição no concurso, preencher a ficha de projeto e realizar um vídeo culinário onde apresentem uma receita culinária com o aproveitamento de sobras alimentares ou de refeições. O vídeo deve ser submetido à DECOJovem para ser inserido numa galeria e sujeito a votação. Os mais votados e apreciados pelo júri serão os vencedores. Para aderir às Escolas DECOJovem, aceder ao regulamento do concurso e mais informações, consultar a página da DECOJovem. •

Alunos do Ensino Secundário VI edição dos prémios da Academia de Ciências de Lisboa



Decorre até ao próximo dia **22 de novembro** o prazo das candidaturas aos prémios que a Academia das Ciências de Lisboa (ACL)

atribui a alunos que terminaram o ensino secundário no ano letivo de 2012/2013. São três os prémios a concurso, que se destinam a distinguir os melhores alunos nas áreas de História, Português e Matemática. Na sua 6.ª edição, os Prémios Alexandre Herculano (História), Pedro Nunes (Matemática) e Padre António Vieira (Português) regem-se por regulamentos distintos e aos candidatos que preencherem os requisitos estipulados nos mesmos e virem os seus trabalhos selecionados pelo júri serão atribuídos prémios pecuniários. Os trabalhos podem ser entregues por correio ou em mão na Rua Academia das Ciências, 19, 1249-122 Lisboa. •

Teatro da Cornucópia

A aventura começou há 40 anos!



No dia 13 de outubro fez exactamente 40 anos que, no Teatro Laura Alves, alugado ao empresário Vasco Morgado, na Rua da Palma em Lisboa, hoje transformado em sapataria, o Teatro da Cornucópia, se apresentou pela primeira vez ao público com a estreia de O Misanthropo de Molière. No elenco estavam os dois fundadores: Jorge Silva Melo e Luis Miguel Cintra, e Glicínia Quartín, Dalila Rocha, Raquel Maria, Filipe La Féria, Orlando Costa, Luís Lima Barreto e Carlos Fernando. Com eles mais 3 pessoas: Helena Domingos, Paulo Cintra e Pedro D'Orey. 40 anos depois, depois de tanta água que passou debaixo das pontes, a Companhia continua a trabalhar. E há quem

acompanhe desde então: a então bilheteira do Teatro Laura Alves, por exemplo, que foi quem há 40 anos nos ensinou aquela burocracia mínima que então era precisa para vir a público, ganhou amizade por nós, e ainda hoje vem ver os nossos espectáculos. Um pequeno apoio da Fundação Gulbenkian garantiu os primeiros pagamentos. Depois de um curto pré-25 de Abril sem casa, e de um arranque em que em pouco tempo tanta coisa aconteceu (passagem pelo Terraço do Capitólio, saídas por opções pessoais e políticas de vários elementos, campanhas do MFA, entrada no edifício actual como sede permanente, entrada da Cristina Reis como cenógrafa, saída de Jorge Silva Melo, passagem de Cristina a co-directora), a companhia conheceu muitos elencos, tocou em todas as épocas da história da literatura dramática, passou por muitas fases, muita gente diferente nela trabalhou e com ela colaborou. Mas, 40 anos depois e ao fim de 120 criações e cerca de 5 100 representações,

a companhia não conseguiu as condições de trabalho com que sonhara para poder existir de forma estável e com a implantação pública que no princípio projectámos. Mudou muito o país em 40 anos, e a sobrevivência de um projecto artístico que permanece fiel ao que se propunha no início convive mal com a transformação política, apesar de ter ganho o respeito e a amizade de já várias gerações. É numa situação de sobrevivência difícil que festeja os seus 40 anos.

Mas para muita gente a memória do que em 40 anos fizemos, representa uma muito grande parte da sua vida. É sobretudo isso que festejamos. | **Cornucópia** ●

teatro da Cornucópia



Teatro

"A Noite", no Trindade

Até 29 de dezembro sobe ao palco do Trindade, em Lisboa, "A Noite", primeiro texto de José Saramago (1979) para teatro. A encenação é de José Carlos Garcia, a adaptação de Paulo Sousa Costa e a direção musical de Paulo Brandão. Do elenco de atores fazem parte Fábio Alves, Filipe Crawford, Joana Santos, João Lagarto, Paulo Pires, Pedro Lima, Samuel Alves, Sofia Sá da Bandeira e Vítor Norte. O ato passa-se na redação de um jornal, em Lisboa, na noite de 24 para 25 de Abril de 1974. Qualquer semelhança com personagens da vida real e seus ditos e feitos é pura coincidência. Evidentemente. (José Saramago) Sessões de quinta-feira a sábado às 21h30 | Domingo às 18h00. A representação que agora podemos apreciar no Teatro da Trindade surge no 15º aniversário da atribuição do Prémio Nobel da Literatura (1998-2013) ao autor do "Memorial do Convento". | **JPO** ●

Verdi nasceu há 200 anos

Uma força da Natureza!

Prosseguem em Itália e em todo o Mundo as comemorações do aniversário de Giuseppe Verdi, nascido há 200 anos em Roncole (10 de outubro de 1813), no ducado de Parma, tendo falecido em 27 de janeiro de 1901, em Milão. A sua obra ficou profundamente ligada ao processo de reunificação de Itália, concluído em 1870. No Instituto Italiano de Cultura, em Lisboa, pode ser visitada a exposição "Giuseppe Verdi – proprietário, construtor, sábio, anfitrião", organizada pela província italiana da Emilia Romagna, de onde é natural o compositor. As comemorações dos 200 anos do autor de "Aida" tiveram já momentos muitos expressivos com o envolvimento salas de concertos, teatros e escolas de vários níveis de ensino no nosso país e no estrangeiro. Foi o caso da **Secundária António Arroio**. Por ocasião da apresentação da Trilogia de Verdi e do bicentenário do nascimento do compositor, o Teatro Nacional de São Carlos desafiou a turma 12º G, do curso de Produção Artística (especialização em Realização Plástica do Espetáculo), orientada pelas professoras Carla Monereo, Carla Rosa e Maria Altina Martins, para conceber e produzir peças que espelhassem a sua visão sobre a vida e obra de Verdi. As 22 peças concebidas

e produzidas por 22 alunos, entre figurinos, instalações, peças escultóricas e adereços, foram apresentadas numa exposição coletiva, entre 10 de abril e 11 de maio passado, em diversos espaços do Teatro. Verdi é o compositor mais apresentado nas salas de ópera em todo o Mundo. Aida, Rigoletto ou La Traviata, são três das suas óperas mais famosas, embora a sua intensa produção, entre 1839 e 1893, tenha outras peças de grande valor, como são os casos de Nabucco, I Lombardi nella Prima Crociata, Alzira, Giovanna d'Arco, Macbeth, Il Corsaro ou La Forza del Destino e Otello.

| **JPO** ●





TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 577668

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO
DEBIDO AQUELLE QUE
PODE ABIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



Professores tomam posição em Defesa da Escola Pública

Os professores e educadores manifestam a sua oposição às medidas de política educativa que têm vindo a ser implementadas, considerando que estão hoje em risco a escola pública e a garantia do direito à Educação Para Todos, consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo e na Constituição da República Portuguesa.

Assina online em qualquer das páginas da FENPROF ou dos seus Sindicatos. Divulga! Apoia a recolha de assinaturas.

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA



FENPROF Federação Nacional dos Professores